



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

MIRO HUMBERTO MENDONÇA

**ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO DA ZONA UEMOA E CARACTERIZAÇÃO DA
ECONOMIA DE GUINÉ – BISSAU**

**REDENÇÃO-CE
2017**

MIRO HUMBERTO MENDONÇA

**ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO DA ZONA UEMOA E CARACTERIZAÇÃO DA
ECONOMIA DE GUINÉ – BISSAU**

Monografia apresentada ao Programa de Bacharelado em Administração Pública pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, presencial, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB),

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Oliveira Lima

**REDENÇÃO-CE
2017**

Ficha catalográfica



MIRO HUMBERTO MENDONÇA

Data da aprovação: _____

BANCA DE AVALIAÇÃO

Prof. Dr. Alexandre Oliveira Lima -Unilab
Orientador

Profa. Dra. Sandra Maria Guimarães Calado
Membro

Prof. Dr. Eduardo Soares Parente
Membro

Agradecimento

Agradeço a DEUS, pela vida e saúde, aos meus pais por tudo, sempre cuidaram de mim e meus irmãos, por serem protetores e conselheiros, por não desistirem de me mostrar qual é o trilho certo para mim trilhar e chegar onde cheguei e ainda continuar trilhando, muito obrigado, vocês são melhores pais do mundo, meus anjos de guarda.

Agradeço a todos os professores pela contribuição que deram no decorrer da minha formação seja de forma direta ou indireta, e um especial agradecimento a sua excelência Professor Dr. Alexandre Oliveira Lima, orientador desse Trabalho de Conclusão de Curso, pela disponibilidade em mim guiar, pelas sugestões, opiniões, comentários e conselhos durante o percurso da pesquisa, foram muito determinante na elaboração desse trabalho, grato por tudo Professor.

Agradeço o economista Matheus Dantas Madeira Pontes pelo apoio incondicional que mim deu no decorrer do trabalho em especial no projeto do presente trabalho.

Agradeço o meu amigo, irmão Ibraltino Afonso pela informação sobre a bolsa da UNILAB, por sempre estar ao meu lado durante o processo da bolsa, e sempre disponível correndo atrás das informações que eu precisava para o presente trabalho, em Guiné-Bissau, quero que saiba que você foi uma peça muito importante na minha graduação.

Agradeço a todos meus amigos que de forma direta/indireta contribuíram na minha formação, muito obrigado a todos vocês porque a formação não se resumi só na sala de aula principalmente quando é num país estrangeiro, *God bless us*.

Obrigado!!!

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo abordar a questão do processo de integração da união econômica e monetária dos Estados da África Ocidental, adotado como estratégia para o desenvolvimento dos estados membros. Em especial Guiné-Bissau, buscando explicar as razões pelo qual a economia da Guiné-Bissau não teve um crescimento esperado e a influência da UEMOA na economia Guineense, diagnosticar e propor medidas de melhoria do nível de intermediação dos setores que podem ser crucial no desenvolvimento da Guiné-Bissau. Nesse âmbito foram ressaltadas algumas considerações buscando responder três perguntas, o funcionamento do sistema financeiro na zona UEMOA e a sua influência na economia da Guiné-Bissau, onde ele conta com um Banco Central para emissão da moeda e um Banco de Desenvolvimento para ajudar em capacitação, financiamento, nos países da união, a segunda é a caracterização da economia da Guiné-Bissau, quando ele registrou o seu maior crescimento e o seu maior queda do PIB e a terceira e última, o impacto da zona na economia da Guiné-Bissau apresentamos alguns motivos e a influência da UEMOA no crescimento do PIB, também como a união pode ser benéfica para o país. O presente pesquisa é do tipo qualitativa, exploratória foram feitas os levantamentos bibliográficas, livros, monografias já publicadas, artigos e sites. Foram constatados os partidos que a França conseguiu tirar através das convertibilidade da moeda para o países da UEMOA, ficando com 50% do valor como taxa da conversão, umas das principais desafios a ser combatida pela união, e a grande dependência da Guiné-Bissau em castanha de caju, onde foram dadas algumas sugestões de como não ficar dependente de um único produto, que é a diversificação da exportação e apostar no turismo, aprimorar agricultura e investir na educação.

Palavra-chave: UEMOA. Guiné-Bissau. Economia. Política.

Abstract

This paper aims to address the process of integration of the economic and monetary union of West African States, adopted as a strategy for the development of member states. In particular Guinea-Bissau, seeking to explain the reasons why Guinea-Bissau's economy did not have an expected growth and the influence of UEMOA in the Guinean economy, to diagnose and propose measures to improve the level of intermediation of sectors that may be crucial in development of Guinea-Bissau. In this context, some considerations were highlighted in order to answer three questions: the functioning of the financial system in the UEMOA zone and its influence on the economy of Guinea-Bissau, where it has a Central Bank for the issue of the currency and a Development Bank to assist in training , financing in the countries of the union, the second is the characterization of the economy of Guinea-Bissau, when it recorded its greatest growth and its largest drop in GDP and the third and last, the impact of the area on the economy of Guinea-Bissau we present some reasons and the influence of UEMOA in the growth of GDP, as well as the union can be beneficial for the country. The present research is of the qualitative type, exploratory the bibliographical surveys, books, monographs already published, articles and sites were done. The parties that France managed to extract through currency convertibility to UEMOA countries were found, with 50% of the value as conversion rate, one of the main challenges to be faced by the union, and Guinea-Bissau's great dependence on cashew nut, where some suggestions were given on how not to be dependent on a single product, which is to diversify exports and invest in tourism, improve agriculture and invest in education.

Keyword: UEMOA. Guinea Bissau. Economy. Policy.

Lista de abreviaturas e siglas

AEO – Perspectiva Económica Africana
AOF – África Ocidental Francesa
AJE – GB – Apoio a jovens empreendedores na Guiné Bissau
ALTERNAG - Associação Guineense de Estudos e Alternativas
BAD – Banco Africano de Desenvolvimento
BEAC – Banco dos Estados da África Central
BCC – Banco Central de Comores
BOAD – Banco de Desenvolvimento da África do Oeste
BCEAO – Banco Central dos Estados Oeste África
BM – Banco Mundial
BNG – Banco Nacional da Guiné Bissau
BNU – Banco Nacional Ultramarino
CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEAO – Comunidade Económica da África Oeste
CIA – Agencia Central da Inteligência
CTCS – Conselho de Trabalho e Concertação Social
CAL – Conselho de Autoridades Locais
CNR – Conselho Nacional Revolucionário
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa
CEMAC – Comunidade Económica e Monetária da África Central
CFA – Colónias Francesas da África
DENARP – documento de estratégia nacional interino de redução da pobreza
DGCI – Direção Geral de Impostos
EAGB – Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau
EU – União Europeia
FCFA – Franco da Comunidade Financeira Africana
FED – Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos
FMI – Fundo Monetário Internacional
FDA – Fundo de Desenvolvimento Africano
ICC – Organização Internacional do Cacau
IDE – Investimentos Estrangeiros Diretos

IED – Investimento Estrangeiro Direto
MICS – Cluster de Indicadores Múltiplos
NDP – Plano Nacional de Desenvolvimento
OGE – Orçamento Geral do Estado
OHADA - Organização para a Harmonização em África do Direito dos Negócios
ONU – Organização das Nações Unidas
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PIB – Produto Interno Bruto
PPME – Países Pobres Muito Endividados
PNDE – Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
PSE – Plano Senegal Emergente
PAIGC – Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde
PRS – Partido da Renovação Social
RPT – Reagrupamento do Povo Togolês
RGB – Partido da Resistência da Guiné-Bissau
SIGFIP – Sistema Integrado de Gestão de Finanças Públicas
UMOA – União Monetária Oeste Africana
UEMOA – União Econômica e Monetária Oeste África
XAF – Franco CFA central
XOF – Franco CFA ocidental

Sumário

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Questão de Pesquisa e Hipóteses	3
1.1.1 Questão Básica	3
1.1.2 Hipótese	3
1.2 Objetivos	3
1.2.1 Objetivo Geral	3
1.2.2 Objetivos Específicos.....	3
2 Guiné-Bissau e sua economia no período de 2011 a 2016.....	4
2.1 Desafios de desenvolvimento	11
2.2 Principais Doadores	14
2.3 Identificar instabilidades político/militares que ocorreram nos últimos anos em Guiné-Bissau.	14
3 A Zona UEMOA	17
3.1 Banco Central dos Estados da África Ocidental.....	17
3.1.1 A questão da moeda	18
3.1.2 Franco CFA.....	18
3.1.3 A gestão da política monetária	19
3.1.4 A organização e supervisão do sistema bancário	19
3.1.5 A admissão de novo estado membro	19
3.2 Os objetivos da UEMOA são:	19
3.2.1 A Conferência de Chefes de Estado e de Governo	20
3.2.2 O Conselho de Ministros	20
3.2.3 A comissão da união econômica monetária oeste africana	21
3.2.4 Presidente da comissão.....	21
3.2.5 a integração do edifício	21
3.2.6 O Tribunal de Justiça da UEMOA	21
3.2.7 O tribunal de contas da UEMOA	22
3.2.8 A câmara consular regional da UEMOA.....	22
3.2.9 O conselho do trabalho e concertação social	23
3.2.10 O conselho de autoridades locais.....	23
3.3 Missões da União Econômica Monetária Oeste Africana:	24
3.4 Organização da União Econômica Monetária Oeste Africana	24
3.5 Assistência aos Estados-Membros da UEMOA.....	25

3.6 Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD)	25
3.6.1 Assistência a estados membros	26
3.6.2 Ações sociais.....	27
3.7 Remessas de Trabalhadores Migrantes nos Países da UEMOA	28
3.8 Principais matérias-primas exportadas pela UEMOA	29
3.8.1 Cacau	29
3.8.2 Café.....	30
3.8.3 Algodão	30
3.8.4 Ouro.....	31
3.9 A SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA ZONA UEMOA	31
3.10 Atividade e inflação.....	33
4 METODOLOGIA	35
4.1 O que é pesquisa.....	35
4.2 Quanto aos objetivos	35
4.3 Quanto aos procedimentos	35
4.4 Quanto a abordagem do problema	36
5 RESULTADOS E DISCUSÕES.....	37
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
6.1 Analisar o funcionamento do Sistema Financeiro da Zona UEMOA	47
6.2 Caracteriza a Economia da Guiné-Bissau de 2011 á 2016	49
6.3 Analisar o impacto da UEMOA na Economia da Guiné-Bissau	49
REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

Após a independência dos países Francófonos, (Benin, Burquina-Faso, Costa do Marfim, Senegal e República do Níger) 1958-1960, os líderes políticos desses países viram a imprescindibilidade de criação de uma zona monetária que ajudaria no desenvolvimento econômico e sociopolítico dos países membros.

Em 12 de maio de 1962, esses países situados na Costa Ocidental África, se reuniram com o objetivo de criar uma união monetária, a União Monetária Oeste Africana (UMOA) e dessa união monetária foi estabelecida a Comunidade Econômica da África do Oeste (CEAO) instituída pelo Tratado de Abidjan, em 17 de abril de 1973, com finalidade de criar um espaço econômico e aduaneiro unificado e organizada a nível regional, uma política ativa de cooperação e de integração econômica, e assim promover de forma preferencial as trocas comerciais e impulsionar o crescimento econômico e o desenvolvimento, entre os membros da comunidade econômica.

Compreendendo que os países em desenvolvimento agrupados em blocos econômicos regionais têm uma maior probabilidade de trabalharem numa maior sinergia política e socioeconômico, o que contribui para fazer valer os seus interesses no mercado internacional e aumentar a sua competitividade, permitindo obter uma estabilidade econômica.

Tratando-se de África Ocidental a criação de uma zona monetária, daria-lhes uma ligeira vantagem em solucionar as suas problemas socioeconômica, contar com a mesma moeda (Franco CFA) livre comércio, livre circulação entre as pessoas dos Estados-membros, eliminar barreiras que afetam ou atrapalhem o comércio, promover as condições para uma concorrência justa, incrementar as oportunidades de inversão, proporcionar uma proteção adequada aos direitos de propriedade intelectual, estabelecer processos efetivos para o estímulo da produção nacional, fomentar a cooperação entre países amigos, oferecer uma solução a controvérsias.

Em 1994 foi criada a UEMOA, não para substituir a UMOA, mas sim para dar uma nova dinâmica a integração, o primeiro se resumia mais a questões econômicas e monetária, a criação da UEMOA restabeleceria a integração tornando-se numa política mais ativa de cooperação e de integração econômica, com particular incidência para os setores agrícola, industrial, de transportes e comunicações e de turismo, e assim desenvolver de forma preferencial as trocas comerciais entre os membros da comunidade econômica.

A UEMOA caracteriza-se pelo reconhecimento de uma mesma moeda, o franco da Comunidade Financeira Africano (F.CFA), cujo tema é confiada ao Banco Central dos Estados

Oeste Africano (BCEAO), criada por um tratado assinado em Dakar, Senegal, em 10 de janeiro de 1994, pelos Chefes de Estado e de Governo dos países membro.

A UEMOA atualmente inclui: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo, a 2 de maio de 1997, a Guiné-Bissau tornou-se o oitavo estado membro da União. A UEMOA é representada por um simbolismo de crescimento, união, solidariedade e a complementaridade entre os membros (UEMOA, 2017).

Os organismos que garantam o funcionamento do UEMOA são:

- a) A Conferência de Chefes de Estado e de Governo;
- b) O Conselho de Ministros;
- c) A Comissão;
- d) O Tribunal de Justiça;
- e) A Comissão Parlamentar Inter;
- f) A Câmara Consular Regional;
- g) O Conselho do Trabalho e Concertação Social;
- h) O Conselho de Autoridades Locais;

Em 1997 a Guiné-Bissau aderiu a zona monetária deixando a sua antiga moeda (peso) com intuito combater a inflação que assolava o país, expandir o seu mercado, melhorar a economia e potencializar o país.

Guiné-Bissau está entre os países mais pobres do mundo, com PIB de US\$1.126 bilhões (2016) com a expectativa¹ de vida de 56,95 (2015) e onde 69,3% da população vive abaixo da linha de pobreza (2010) com uma renda per capita de US\$620 (2016) por guineense uma economia muito baixa (Banco Mundial, 2017).

Esses foram os motivos pelos quais se elaborou esta pesquisa, destacando a experiência de Guiné-Bissau e identificar os determinantes principais de tais flagelos e possibilidades de soluções, de modo a contribuir para os estudos que buscam ‘virar a página’ e dar condições a se voltar a Guiné-Bissau pós-independência, antes do primeiro golpe de Estado.

Guiné-Bissau possui capital humano dinâmico e jovem, especialmente as mulheres. O país tem um potencial econômico substancial: de fato, é o terceiro produtor de caju na África e sexto a nível mundial, com produção de 120.000 toneladas por ano. O país tem muitos outros recursos naturais, sua costa é rica em peixes, seu pequeno tamanho tem uma

¹ A expectativa de vida no nascimento indica o número de anos um recém-nascido viveria se os padrões predominantes de mortalidade no momento do nascimento permanecessem os mesmos em toda a sua vida.

biodiversidade imensa. Seu potencial agrícola é enorme, e a floresta é explorada apenas informalmente, mesmo que se torne cada vez mais ameaçada.

1.1 Questão de Pesquisa e Hipóteses

1.1.1 Questão Básica

O que é e como funciona a arrecadação e a gestão do sistema financeiro na União Econômica e Monetária Oeste Africano (UEMOA) e qual o impacto na economia da Guiné-Bissau?

1.1.2 Hipótese

A Zona UEMOA influencia diretamente na economia de Guiné-Bissau;

1.2 Objetivos

A seguir serão explicadas os objetivos geral e específicos da pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o funcionamento do sistema financeiro na Zona UEMOA e sua influência na economia da Guiné-Bissau no período de 2011 a 2016.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar a economia de Guiné-Bissau no período de 2011 a 2016;
- b) Analisar o impacto da Zona UEMOA na economia de Guiné-Bissau.

2 Guiné-Bissau e sua economia no período de 2011 a 2016

Diferente das outras colônias portuguesa e francesa, Guiné-Bissau decidiu criar a sua própria moeda (Peso), depois de ter conquistado a sua independência a 24 de Setembro de 1973, substituindo a moeda portuguesa (Escudo). Assim, foi criado o Banco Nacional da Guiné (BNG), que funcionou como um Banco Central, a Caixa de Tesouro e o Banco Universal.

A seguir a reforma monetária implementada em Março de 1976, criou-se o Peso guineense em substituição do Escudo português. Este último, cuja emissão tinha sido confiada ao Banco Nacional Ultramarino (BNU), tendo circulado desde 1902 no território que se tornou a Guiné-Bissau (Mendes, 2013).

Depois de grandes desequilíbrios macroeconómicos devido a políticas restritas de crédito a economia que geraram a queda de produção do sector privado, como consequência de uma gestão institucional deficiente do estado na economia, as inexistências de investimentos produtivos, falta de condições básicas de investimento industrial, energia cara e deficiente, desorganização interna das empresas e inexistências de formação e *know how*.

Por outro lado esses tais flagelos está aliado a um mercado nacional exíguo taxas de câmbio instáveis e a desvalorização continua da moeda nacional (peso), a instabilidade de preços no mercado de consumo, taxas aduaneiras elevadas, o funcionamento pecaria das instituições, nomeadamente de sistema judicial, a excessiva burocracia e intervenção indevida do estado no sector privado e as ausências de disciplina e regras no sistema bancário (AJE-GB/ALTERNAG, 1997).

Em 1997 o governo acreditou que para fazer crescer a economia do país de uma forma mais segura e viável é melhor fazer parte da zona económica monetária.

- a) Convencidos da necessidade de alargar o campo económico, a comunidade que os une em termos monetários, através da sua pertença comum na UEMOA;
- b) Desejando melhorar a competitividade das suas economias, através da harmonização das respectivas legislações, a unificação dos seus mercados nacionais e a implementação de políticas setoriais comuns;
- c) Reconhecendo que todos os Estados do Oeste Africano pode, a seu pedido e com o acordo dos Estados-Membros da UEMOA, ser autorizados a se tornar um membro desta Organização;

A Guiné-Bissau é uma economia rural, quase inteiramente dependente da monocultura do caju. A castanha de caju é também a principal exportação, correspondendo a

cerca de 85 a 99% do total de exportações do país (Banco Mundial, 2015), o país é altamente dependente das finanças externas.

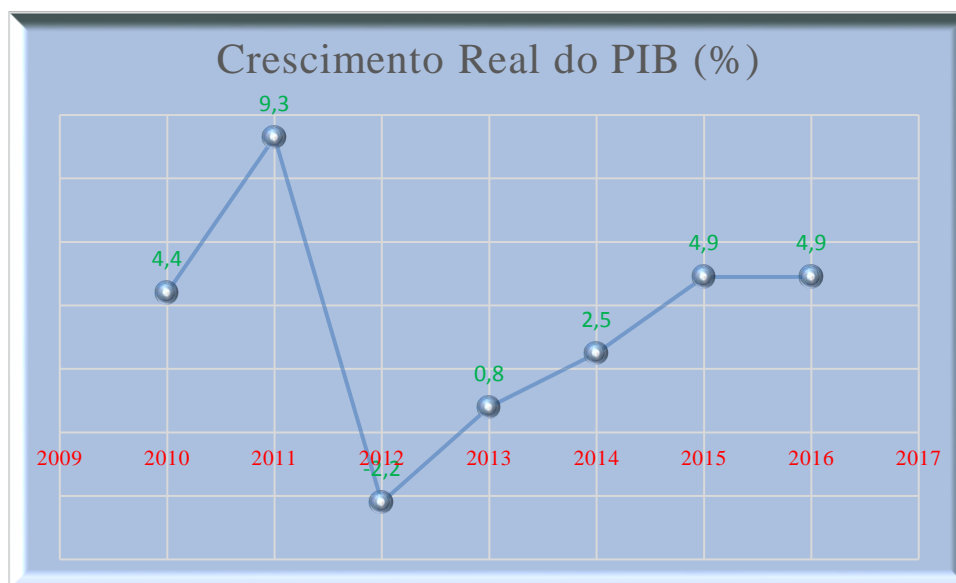
As receitas do país provêm de três fontes principais:

- a) Fiscais - alfândegas e impostos. A maior parte vem de cobrança da taxa da exportação da castanha de caju. Inclui contribuição industrial, e impostos sobre os lucros;
- b) Licenças de Pescas - acordo anual com a União Europeia;
- c) Importações.

De acordo com o FMI (2011) esse crescimento foi amplamente impulsionado pela agricultura, incluindo a cadeia de produção e exportação de castanha de caju. Embora o preço de exportação dos cajus caiu quase 30% após a crise econômica mundial, o impacto nas receitas de exportação foi compensado por um aumento considerável nos volumes de exportação. As reformas empreendidas nos últimos três anos produziram resultados concretos, particularmente em termos de estabilização macroeconômica e melhoria da gestão financeira pública. Com o apoio de seus parceiros, o governo iniciou um programa para retomar o investimento público e o pagamento parcial de sua dívida interna ao setor privado.

As reformas estruturais também foram implementadas nos últimos anos para modernizar a administração pública (censo biométrico de funcionários públicos - com a identificação de 4.000 trabalhadores fictícios, adoção de uma nomenclatura orçamentária harmonizada com as diretrizes da UEMOA, introdução de um Sistema Integrado de Gestão de Finanças Públicas - SIGFIP) E para melhorar o clima de negócios (adoção de um novo código de investimento e regulamentos da OHADA, estabelecimento de uma loja de serviços para facilitar o estabelecimento de negócios, criação de um Tribunal de Comércio, etc.). Apesar desses avanços, a economia da Guiné-Bissau continua enfrentando sérios constrangimentos estruturais, como se destacou no gráfico 01.

Gráfico 01 – Crescimento Real do PIB (%)



Fonte: Elaborado pelo autor²

Em 2011, a Guiné-Bissau estava avançando em termos econômicos e sociais, foi o ano que o PIB teve o seu maior crescimento, as primeiras reformas ao funcionamento do Estado em 2011 nas áreas de defesa, justiça, segurança, administração pública e condições econômicas crescimento de 9,3% do PIB em 2011 (graças a uma boa campanha de caju) uma melhoria no ambiente de negócios e gerenciamento de orçamento, contando com uma melhoria da situação macroeconômica e de uma capacitação significativa, particularmente nas áreas de justiça e segurança. O país conseguiu assim beneficiar do cancelamento da dívida externa (PNUD, 2016).

De acordo com PNUD, o golpe de Estado de 12 de abril de 2012 e a suspensão da assistência da maioria dos parceiros, o fim dos programas de desenvolvimento teve as consequências, em um ano e meio, de questionar o progresso, declínios significativos em algumas áreas. Assim, a taxa de crescimento esperado de 4,2% foi revisada para baixo para -2,2%. A receita interna mobilizada foi reduzida para 21,1 bilhões de FCFA em comparação com 22,6 bilhões de CFA mesmo período de 2011. As doações diminuíram drasticamente para 3,0 bilhões de francos CFA, em comparação com US \$ 11,0 bilhões no final de 2012. As despesas correntes também sofreram uma diminuição de 21%, atingindo US \$ 25,5 bilhões no final de junho de 2013, em comparação com 32,3 bilhões de francos CFA no mesmo período de 2011.

² Dados disponível em: <<http://bit.ly/2zmm13c>> Acesso em: 06. Nov. 2017

Até o golpe militar de abril de 2012 que ocorreu entre a 1ª e a 2ª rodada das eleições presidenciais de 2012, a Guiné-Bissau alcançou um desempenho econômico notável. No entanto, com o golpe militar de abril e a subsequente suspensão das operações pela maioria dos doadores, incluindo o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o país está enfrentando enormes desafios em ambientes nacionais e internacionais difíceis.

Com o apoio renovado dos doadores após as eleições de abril a maio de 2014 e uma emissão de títulos regional bem-sucedida, o governo começou a progredir no pagamento de salários, na liquidação de dívidas domésticas e no aumento do controle sobre receitas e despesas, mas foi deposto pelo Presidente em agosto de 2015. Um impasse político desde então resultou em uma governança fraca e redução do apoio dos doadores.

De acordo com *African Economic Outlook* (AEO)³, o regresso da Guiné-Bissau à ordem constitucional em 2014 permitiu ao país melhorar a sua situação socioeconômica e voltar ao crescimento. Após três anos de estagnação devido ao golpe de 2012, a economia da Guiné-Bissau regressou a um crescimento significativo, o crescimento é devido a um bom ano de vendas de castanha de caju e um acentuado aumento das culturas alimentares de subsistência, bem como o aumento da confiança do setor privado, as reformas do setor público (em especial a consolidação orçamental) e o regresso dos doadores, realizada em Bruxelas em Março de 2015. Houve também um caos político em 2015, que poderia pôr em perigo o crescimento projetado e a viabilidade das reformas.

Os principais desafios para o crescimento a curto prazo são a situação política e os riscos climáticos que podem afetar o setor primário. Assumindo que as tensões políticas sejam resolvidas, a precipitação é semelhante a 2015 e as reformas são continuadas. Em comparação com os anos anteriores, 2015 foi marcado por um aumento considerável nas receitas e despesas. Durante o período de transição, a gestão das finanças públicas do país e as autoridades conseguiram melhorar a gestão e a administração fiscal através da criação de comitês de tesouraria e do reforço de cargos e funções relacionados com a alfândega. Embora ainda haja muito a ser feito para garantir e desenvolver os progressos realizados desde o final do período

³ A Perspectiva Econômica Africana (AEO) apresenta o estado atual do desenvolvimento econômico e social em África e projeta as perspectivas para os próximos dois anos. O AEO é um produto do trabalho colaborativo de três parceiros internacionais: o Banco Africano de Desenvolvimento, o Centro de Desenvolvimento da OCDE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O site fornece dados e análises abrangentes e comparáveis de 54 economias africanas. Uma equipe internacional de pesquisadores, economistas, estatísticos e outros especialistas analisa estatísticas econômicas, sociais e políticas e apresenta-os em um formato acessível ao público.

de transição, essas melhorias permitiram que o estado funcionasse melhor (salários pagos a tempo, auditoria de salários em atraso, etc.).

A carga tributária aumentou de 8,7% em 2014 para 10,5% em 2015, enquanto o saldo global foi de -2,2% do produto interno bruto (PIB) e do saldo primário em -1,6%. Medido pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (Banco Mundial, 2016). Em comparação com 2014, houve pouca melhoria na situação social e no desenvolvimento humano. Embora a consolidação das finanças públicas e o apoio dos parceiros técnicos e financeiros do país melhoraram a cobertura educacional e de saúde, a situação geral continua a quem do esperado.

O país possui uma das classificações mais baixas do Índice de Desenvolvimento Humano⁴, e os dados da mais recente pesquisa de cluster de indicadores múltiplos (MICS IV) evidenciaram grandes deficiências de desenvolvimento humano, particularmente em relação às mulheres e às populações rurais.

Em 2016, a atividade econômica da Guiné-Bissau manteve-se dinâmica com uma taxa de crescimento do PIB de 5,1%. Esta evolução deve-se principalmente aos bons resultados da safra 2016-2017, ao bom desempenho do setor terciário e ao dinamismo do consumo privado (famílias). As perspectivas econômicas favoráveis para 2017 (+5,4%) poderiam ser revistas para baixo em caso de instabilidade política persistente.

Apesar do declínio da receita total e do aumento das despesas correntes, o déficit orçamentário com base em compromissos (incluindo subsídios) diminuiu para 4,6% do PIB devido à redução do crédito líquido, que cresceu em 2015 para o resgate de dois bancos. Apesar da melhoria da conta financeira, a deterioração significativa da conta corrente levou a uma ligeira deterioração da balança de pagamentos global, que ficou em 5,3% do PIB em 2016.

A economia da Guiné-Bissau continua a ser fortemente dependente do setor agrícola. O desenvolvimento da exportação e processamento de castanha de caju, a principal produção agrícola do país, é um dos eixos prioritários do plano de desenvolvimento de dez anos do país. As deficiências no ambiente de negócios, infraestrutura rodoviária e energética e baixos níveis de capital humano continuam a prejudicar gravemente a diversificação da economia da Guiné-Bissau.

⁴ Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de "desenvolvimento humano" e para ajudar a classificar os países como desenvolvidos (desenvolvimento humano muito alto), em desenvolvimento (desenvolvimento humano médio e alto) e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo).

Disponível em: < <http://bit.ly/2j3i1O9> > Acesso em: 29. Nov. 2017

Em 2016, o crescimento econômico da Guiné-Bissau manteve-se estável, com o PIB real aumentando em 5,1%. O dinamismo da atividade econômica deve-se principalmente ao bom desempenho do caju e do setor terciário, bem como ao dinamismo do consumo privado. O consumo privado foi o principal motor da atividade econômica da Guiné-Bissau, com contribuição de 4,6% para o crescimento do PIB em 2016, contra 1,2% em 2015 (*Banque de France*, 2016).

O contributo do investimento para o crescimento do PIB tornou-se negativo (0,3 ponto, após 1% em 2015), devido ao retorno da instabilidade política e à suspensão da ajuda internacional. As exportações líquidas também contribuíram negativamente para a atividade econômica da Guiné-Bissau (-0,1%, após 3,8% em 2015). De fato, o aumento das exportações de castanha de caju foi quase totalmente compensado pelo aumento das importações de bens de capital e bens intermediários.

A contribuição do setor primário para o crescimento real aumentou em 2016 (1,7 pontos percentuais, após 1,2 pontos percentuais em 2015), graças à melhoria da produção de caju, que excedeu 235 mil toneladas durante a campanha 2016-2017 (+ 5,6% em relação à temporada anterior). Com uma contribuição para o crescimento real de 1%, a participação do setor secundário na atividade econômica manteve-se praticamente estável em relação a 2015, quando foi de 1,1%.

A atividade no setor secundário foi impulsionada principalmente pelo desenvolvimento das indústrias de manufatura e artesanato (+ 3,8%), mas permaneceu restritiva pelas dificuldades de acesso à energia e falta de infraestrutura de transporte. O setor terciário manteve-se o mais dinâmico em 2016. No entanto, sua contribuição para o crescimento caiu 2,4 pontos em 2016, em comparação com 2,8 pontos em 2015. O bom desempenho deste setor deve-se principalmente aos bons resultados do comércio, hotel e restauração (+ 9,7%).

A inflação manteve-se constante em 2016 a uma taxa de 1,5%. Espera-se que aumente ligeiramente em 2017 (1,7%) devido ao aumento dos preços do petróleo e ao aumento dos preços dos combustíveis na bomba. De acordo com o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), espera-se que a atividade econômica na Guiné-Bissau permaneça robusta em 2017 com uma taxa de crescimento esperada de 5,4%. O FMI espera um crescimento econômico de 5%, impulsionado por altos níveis de preços do caju, investimentos em infraestrutura e melhor acesso à energia.

No entanto, as perspectivas econômicas para 2017 continuam a ser fortemente dependentes da evolução da crise política. Enquanto os governos estão funcionando há quase

dois anos, o PAIGC está desafiando a nomeação em novembro de 2016 do último primeiro-ministro, Umaro Sissoco Embaló, por causa do não cumprimento das disposições do acordo Conakry. De acordo com o acordo assinado em outubro de 2016, que visa retirar o país da crise com a mediação da CEDEAO, a nomeação do novo primeiro ministro deve ser feita por consenso.

Este bloqueio político desencadeou manifestações na capital em março e maio de 2017, exigindo a renúncia do presidente José Mario Vaz. O Conselho de Segurança da ONU pediu ao presidente que nomeasse um novo primeiro-ministro. O FMI também aponta os riscos negativos associados às mudanças nos preços das matérias-primas e condições climáticas.

Em 2016, o déficit orçamentário com base em compromissos (incluindo subsídios) diminuiu para 4,6% do PIB, em comparação com 7,7% em 2015. Em um contexto de queda das receitas totais e maiores gastos, para a diminuição do crédito líquido que de repente aumentou em 35,2 bilhões de francos CFA em 2015 após a compra pelo Estado da Guiné-Bissau das dívidas incobráveis de dois bancos em julho de 2015 (Banque de France, 2016).

Segundo o *Banque de France* 2016, as receitas fiscais continuaram a aumentar (+ 5,6%). Este último beneficiou do aumento das receitas de exportação de caju e melhorou a coleta de impostos. De acordo com o FMI, isso foi incentivado, em particular, pela assistência técnica que beneficiou as administrações fiscais e aduaneiras do país. No entanto, a taxa de cobrança de impostos situou-se em 10,1% do PIB em 2016, longe do objetivo mínimo de 20% para a convergência nos países da sub-região a médio prazo. De acordo com o FMI, a mobilização de impostos deve continuar a aumentar, nomeadamente através da introdução de um número de imposto único para cada contribuinte e redução de isenções.

As receitas não tributárias diminuíram 15,7%. Na visão do FMI, este desenvolvimento está ligado a agitações políticas que perturbaram a implementação de certas medidas, incluindo a venda de madeira apreendida de atividades ilegais, assinatura de um novo acordo de pesca com a União Europeia (UE) durante um período de cinco anos, que prevê um aumento da tarifa cobrada em troca da abertura das águas da Guiné-Bissau aos pescadores europeus, também deve beneficiar as receitas não tributárias do país nos próximos anos.

Segundo o *Banque de France* a receita total deteriorou-se acentuadamente (-10,2%) em decorrência da forte contração de subsídios (US \$ 27,5 bilhões em 2016, em comparação com US \$ 40,1 bilhões em 2015). De fato, em junho de 2016, o FMI anunciou a suspensão temporária de seus desembolsos de empréstimos em decorrência da recompra pelo Estado da Guiné-Bissau dos empréstimos incobráveis de dois bancos por um montante de 35,2 bilhões,

Na sequência desta decisão, os principais doadores da Guiné-Bissau também suspenderam a ajuda ao país. Não se espera que esta situação continue em 2017, em especial graças à retomada do financiamento do FMI e à duplicação da ajuda.

De acordo com Banco Mundial (2017), com base em informações preliminares sugerindo uma boa temporada de caju 2016. Os preços de 350-450 FCFA por quilograma de castanha de caju para produtores e US\$ 1.400 em média para exportação também foram muito positivos. Espera-se que a inflação aumente com o ritmo das atividades econômicas, mas deve permanecer abaixo de 3%. A situação fiscal ainda está sujeita à instabilidade política e à suspensão do apoio ao orçamento (Banco Mundial, 2017).

Ainda na visão de BM as informações disponíveis para o primeiro trimestre de 2016 apontam para uma forte consolidação dentro das operações do governo central em resposta à suspensão de doações por doadores (aproximadamente 2% do PIB) para realizar um déficit de 1,9% do PIB. Os subsídios de projetos diminuíram 57%, representando a maior parte da queda de 24% nas receitas totais. Os projetos de capital financiados localmente foram congelados, enquanto as atividades financiadas por fontes externas foram reduzidas pela metade. As operações governamentais foram financiadas principalmente por fontes nacionais e regionais.

2.1 Desafios de desenvolvimento

A recuperação do crescimento reflete a suposição de que a produção do setor agrícola permanecerá bastante produtivo e que a estabilidade política é alcançada para permitir um retorno do financiamento dos doadores que apoiaria uma recuperação no setor secundário. Esse caminho de crescimento também reflete a hipótese de uma recuperação da geração de eletricidade e água.

Dada a história da fragilidade em Guiné-Bissau, as perspectivas econômica é altamente incerta, com riscos pronunciados para o crescimento e a redução da pobreza. Isso está vinculado ao pressuposto de estabilidade e ao retorno do financiamento dos doadores em um ambiente onde as ineficiências nas despesas públicas persistem. Isso impede que os recursos fluam para áreas que contribuem para a construção da capital humana, física e institucional do país.

Gráfico 02- Exportação da Castanha de Caju, em toneladas



Fonte: elaborado pelo autor (2017)⁵

Conforme se verifica no gráfico 02, a dependência de castanha de caju para a economia meios de subsistência expõe dois terços da população aos choques de termos de comércio. Uma maior diversificação, seja através da mudança da cadeia de valor, abordando tecnologia agrícola e sistemas de suporte ao mercado, ou capitalização de outros brotos verdes no setor agrícola será fundamental para reforçar a resiliência da economia aos choques.

A incapacidade de introduzir medidas de reforma urgentemente necessárias para fortalecer a capacidade de avaliação do projeto e introduzir fórmulas baseadas em ações para alocação orçamentária pode atrasar os ganhos de melhorias fiscais e econômicas. Abordar a alta desigualdade no país também exige esforços para melhorar a prestação de serviços e melhorar o acesso aos serviços básicos.

Nos anos 2011 a 2013 a exportação da castanha de caju teve uma média quase igual com uma ligeira queda em 2012 devido a turbulências registado no país, nos anos 2014 e 2015 a exportação cresceu com um aumento de 4.000 tonelada, contribuindo significativamente para economia do país que teve uma queda livre em 2012 (-2,2%). 2016 foi o ano que país registou maior número de exportação da castanha de caju com 325.000 toneladas devido a boa controle que estado teve com os produtores impedindo fuga do mesmo para país vizinho (Senegal) onde o preço é mais atraente.

⁵ Dados disponível em: <<http://bit.ly/2zqdtse>> Acesso em: 07. Nov. 2017

Segundo a agência civil da inteligência (CIA) Guiné-Bissau é altamente dependente da agricultura de subsistência, das exportações de castanha de caju e da assistência externa. Dois a cada três guineenses permanecem abaixo da linha de pobreza absoluta. A economia legal é baseada em castanha de caju e pesca. A exploração ilegal e o tráfico de narcóticos também desempenham papéis significativos. A combinação de perspectivas econômicas limitadas, instituições fracas e geografia favorável fizeram deste país da África Ocidental uma estação de caminho para drogas para a Europa.

O país está participando de um programa de facilidades de crédito alargado do FMI de três anos que foi suspenso por causa de um plano de resgate bancário planejado. O programa foi renovado em 2017, mas os principais doadores de apoio orçamental direto (a União Europeia, Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento) interromperam seus programas indefinidamente. A diversificação da economia continua a ser um objetivo político fundamental, mas a infraestrutura e o clima de negócios da Guiné-Bissau restringirão esse esforço.

A diáspora guineense é de grande importância para o país, sendo politicamente e economicamente ativo. Do ponto de vista político, a Diáspora é oficialmente reconhecida e atribuiu dois lugares no parlamento. Do ponto de vista econômico, contribui para a economia principalmente através das remessas. As remessas são de grande importância econômica para o país. Em 2014, os dados do Banco Mundial estimaram as entradas de remessas de aproximadamente US \$ 47 milhões, ou o equivalente a 4,3% do PIB. No entanto, seu impacto não está bem documentado.

Da mesma forma, a maioria das remessas (dinheiro) é gasto para consumo, com pouco investimento. Curiosamente, e ao contrário de outros países africanos, Guiné-Bissau é também um país com saídas de remessas (dinheiro) relativamente grandes (maior parte do dinheiro vão para estudantes guineenses no exterior). Estes são estimados em US \$ 21 milhões, dos quais mais de metade vão para o Senegal, destacando os laços estreitos entre os países e a importância da diáspora guineense na sub-região.

Houve progressos significativos nas reformas graças a uma melhor consideração das prioridades de desenvolvimento do país, mas a capacidade do Estado para continuar e reforçar a sua gestão das finanças públicas será fundamental para a recuperação a médio prazo, levando em consideração que a economia do país é altamente dependente do clima social e político, do desempenho do subsetor do caju e da continuação das reformas.

2.2 Principais Doadores

A situação política da Guiné-Bissau e o fato de o país estar inscrito na lista dos países altamente endividados, dificulta o acesso a vários mecanismos de financiamento externo. As principais fontes de financiamento do país são: União Europeia, Ajuda proveniente de acordos com o FMI, o Banco Mundial, e, no nível regional, do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD).

O DENARP II contribui na operacionalização da visão prospectiva do desenvolvimento, denominada « Guiné-Bissau 2025 Djitu Ten », adoptada pelo Governo em 1996. Ele constitui o quadro de referência para a planificação estratégica, programação e orçamentação das ações de desenvolvimento, assim como para o diálogo com os parceiros técnicos e financeiros. A estratégia definida articula-se a volta de quatro eixos estratégicos: a) Fortalecer o Estado de Direito e as Instituições Republicanas, b) Reformar a Administração Pública e melhorar a gestão das finanças públicas, c) Promover o desenvolvimento económico durável e, d) melhorar a qualidade de prestação de serviços nos sectores sociais.

Fracos desenvolvimento foram alcançados neste domínio nos últimos três anos. Na gestão das finanças públicas, por exemplo, a melhoria na mobilização de receitas e o controle das despesas, permitiram a atenuação do déficit orçamental, assim como da aglomeração dos atrasados. No entanto, ainda continua as grandes limitações, porquanto as receitas fiscais estão aquém da meta dos 17% do PIB fixada no quadro dos critérios da convergência da UEMOA. O Orçamento Geral do Estado (OGE) é fortemente dependente da ajuda externa (DENARP II, 2011).

2.3 Identificar instabilidades político/militares que ocorreram nos últimos anos em Guiné-Bissau.

Em 1956, surge um movimento nacionalista, liderado pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), fundado no exílio pelo guineense de origem cabo-verdiana, Amílcar Cabral. O partido contava com o apoio, desde 1960, da República da Guiné (ex-colônia francesa) e dos demais antigos países comunistas, dentre eles a Rússia, Cuba e Checoslováquia. Três séculos após a exploração mercantil ao longo do litoral da antiga Guiné-Portuguesa (atual Guiné-Bissau), os combatentes do PAIGC

ofereceram fortes resistências ao colonialismo português, com várias derrotas e baixas (Pereira, 2003).

Em Setembro de 1973, o partido reclama a República e busca o reconhecimento internacional. Em 10 de Setembro de 1974, após a queda do regime de Salazar, Portugal reconheceu oficialmente a independência da Guiné-Bissau, que foi a primeira das ex-colônias portuguesas a alcançar o status político de país livre. Cabo-Verde e Guiné-Bissau constituíram-se Estados separados, mas sob orientação do PAIGC, de orientação ideológica marxista.

Após a morte de Amílcar Cabral em 20 de Janeiro de 1973, Luís Cabral (irmão de Amílcar Cabral) assume a presidência da República da Guiné-Bissau. Em 1980, Luís Cabral é deposto através de um golpe de Estado liderado por Nino Vieira, comandante da guerra de libertação. O golpe sela a separação entre a Guiné-Bissau e Cabo-Verde, acabando com o sonho de Cabral da unificação dos dois países.

Em 07 de Junho de 1998, o presidente Nino enfrenta, com ajuda dos militares do Senegal e da Guiné-Conacri, um levantamento militar liderado pelo Brigadeiro Assumane Mané, que foi acusado pelo presidente Nino de tráfico de armas para a guerrilha de Casamança e destituído do cargo de Chefia das Forças Armadas, no mesmo ano. O Brigadeiro Mané negou que queria tomar o poder e prometeu eleições gerais imediatas. Para a solução desse conflito, a busca da paz e da segurança na Guiné-Bissau, foi necessária a negociação da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP).

A junta militar, liderada por Mané, que foi vitorioso no conflito, negociou sob mediação brasileira, portuguesa e de demais países africanos da sub-região, um plano de acordo que permitiu a restauração democrática com a realização das segundas eleições legislativas e presidenciais, realizadas em Novembro de 1999. Neste pleito, foi eleito presidente da República, Kumba Yalá, líder do Partido da Renovação Social (PRS), também marcado pela corrupção, uso arbitrário do poder e promoção de intrigas entre os grupos étnicos como forma de se manter no poder.

Nessa segunda eleição, o PAIGC, então governo, ficou em terceiro lugar, sendo que o segundo lugar ficou com o Partido da Resistência da Guiné-Bissau (RGB). Em 14 de Setembro de 2003, o presidente Yalá foi deposto pelo Chefe de Estado Maior, Veríssimo Seabra. Henrique Rosa assume o governo de transição no mesmo ano. Em 06 Outubro de 2004, Veríssimo Seabra foi assassinado por um grupo de militares que participaram do programa de paz da ONU, na Libéria, acusado de corrupção e promoção arbitrária no interior

das Forças Armadas. Em seu lugar, foi escolhido para chefia das forças armadas o Brigadeiro Tagme Na Waie.

Em 12 de abril de 2012, na véspera do início da campanha para a segunda volta da eleição presidencial guineense, militares ocuparam a rádio nacional, a sede do PAIGC e atacaram com foguetes, morteiros e granadas a residência do primeiro-ministro em fim de mandato, Carlos Gomes Júnior. A rádio nacional e a Televisão Estatal deixaram de emitir ao serem tomadas pelos militares Revoltosos.

O presidente da República interino, Raimundo Pereira, foi preso na sua residência por militares, tal como o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior. O Exército da Guiné-Bissau atribuiu o golpe a um suposto acordo militar secreto entre os governos da Guiné-Bissau e Angola. Foi o último golpe que aconteceu até então, esses sucessivas golpes quem vem acontecendo é o principal motivo pela fraca crescimento do PIB do país.

3 A ZONA UEMOA

Os países da UEMOA, uma vez que a maioria deles fazia parte da África Ocidental Francesa (AOF) durante a colonização das Colônias Francesas da África (CFA) após o domínio Colonial, aproveitaram para criar uma união monetária levando em consideração que já compartilhavam uma moeda única fazia muito tempo. Com o decorrer do tempo surgiu a ideia de expandir, dar um novo horizonte a zona monetária transformando/expandindo para união econômica e monetária, em dependência dos acontecimentos que estavam ocorrendo na época, como a crise financeira e sobre tudo, a desvalorização da moeda local, em janeiro de 1994.

Criado em 10 de janeiro de 1994 em Dakar, capital do Senegal, a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) com propósito fundamental, construindo na África Ocidental, um espaço econômico harmonizado e integrado, dentro do qual é completamente livre a circulação de pessoas, capitais, bens, serviços e fatores de produção e a realização do direito de praticar e de estabelecimento para as profissões liberais, residência dos cidadãos em toda a comunidade.

Sete estados-membros da costa ocidental da África ligados através da utilização de uma moeda comum, o CFA e que beneficiam de tradições culturais compartilhados constituem a UEMOA: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo. A 2 de maio de 1997, a Guiné-Bissau tornou-se o oitavo estado membro da União. UEMOA cobre uma área de 3,506,126 km² e 112 milhões de habitantes.

3.1 Banco Central dos Estados da África Ocidental

O Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) é o Instituto de emissão comum de oito (8) Estados membros da União Económica Monetária Oeste Africano (UEMOA). O BCEAO é uma instituição pública internacional, cuja sede em Dakar, Senegal. A sua criação em 12 de maio de 1962, pela, Repúblicas da Costa do Marfim, Benim, Burkina Faso, Mali, Níger, Mauritânia, Senegal e República do Togo, a Mauritânia acabou saindo da zona. Atualmente, os Estados membros da União Monetária são (08): Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo. Além da centralização das reservas cambiais da União, as principais tarefas: moeda de emissão, gerenciamento de política

monetária, organização e supervisão das atividades bancárias, bem como de assistência aos Estados-Membros União.

3.1.1 A questão da moeda

O BCEAO tem o privilégio exclusivo de emitir moeda em todos os Estados-Membros da União Monetária Oeste Africano. Ele emite notas e moedas que têm poder de curso legal em todos os Estados-Membros da União. A criação, emissão e cancelamento de notas e moedas são decididas pelo Conselho de Ministros. Apesar do desenvolvimento de meios de pagamento, a utilização de notas e moedas continua a ocupar um lugar relativamente importante nas transações dos agentes económicos. Em matéria de impressão, o Banco Central realiza investigação em curso relacionados com a autenticação de notas, para aumentar a segurança das notas emitidas.

3.1.2 Franco CFA

O franco CFA (pronúncia: franco cê-efe-á) é uma moeda corrente usada em catorze países africanos, anteriormente possessões francesas (Camarões, Costa do Marfim, Burkina Faso, Gabão, Benim, Congo, Mali, República Centro-Africana, Togo, Níger, Tchad e Senegal, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial). Atualmente, o franco CFA é dividido em duas moedas o franco CFA central (XAF), e o franco CFA ocidental (XOF). Embora o franco CFA central tenha o mesmo valor monetário que o franco CFA ocidental, ele não é aceito em países que utilizam o XOF, e vice-versa.

De acordo com BCEAO, entre 1945 e 1958, CFA era a abreviação de colônias francesas da África (em francês *colonies françaises d'Afrique*), assim a moeda criada recebeu o acrônimo CFA, ficando franco CFA. Com o estabelecimento da quinta república francesa, e a independência desses países africanos no começo dos anos 1960, o franco CFA ainda continuou sendo usado, mas com outro significado para o acrônimo CFA, agora *Communauté Financière Africaine* (Comunidade Financeira Africana).

3.1.3 A gestão da política monetária

A gestão da política monetária dos Estados-Membros da UE, o Banco Central é ajustada a liquidez global da economia em resposta a mudanças nas condições económicas, para garantir a estabilidade de preços, por um lado; e promover o crescimento económico, por outro.

3.1.4 A organização e supervisão do sistema bancário

O Banco Central define os regulamentos aplicáveis aos bancos e instituições financeiras e exercidos em relação a eles funções de monitoramento. Neste contexto, a Comissão Bancária da UMOA, estabelecida em 24 de Abril de 1990 e presidido pelo Governador do BCEAO, é responsável por garantir a organização e supervisão do sistema bancário no UMOA. O BCEAO fornece o Secretariado-Geral da Comissão Bancária.

3.1.5 A admissão de novo estado membro

De acordo com Artigo 103 do tratado da UEMOA, qualquer estado da África Ocidental pode se candidatar para se tornar um membro da União. Envia o seu pedido a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo que decide sobre o relatório da Comissão. As condições de adesão e as adaptações do presente Tratado serão objeto de um acordo entre os Estados-Membros e o Estado requerente, após aprovação do Parlamento da UEMOA. Este acordo está sujeito à ratificação pelos Estados membros, de acordo com seus respectivos requisitos constitucionais. No entanto, se a adesão implica apenas ajustes puramente técnicos, o acordo pode ser aprovado pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo. Em caso de um país membro querer retirar, deve prosseguir o procedimento contrário.

3.2 Os objetivos da UEMOA são:

a) Reforçar a competitividade das atividades económicas e financeiras dos Estados-Membros no quadro de um mercado aberto e competitivo e um ambiente legal racionalizado e harmonizado;

b) Assegurar a convergência de desempenho e políticas dos Estados Unidos económico através da instituição de um procedimento de supervisão multilateral;

c) Criar entre Estados-Membros um mercado comum baseado na livre circulação de pessoas, bens, serviços, capitais e ao direito de estabelecimento dos trabalhadores não assalariados e empregados, bem como uma política comercial tarifa externa comum e;

d) Coordenação do Instituto de políticas setoriais nacionais, através da implementação de ações conjuntas, possivelmente incluindo as políticas comuns nas seguintes áreas em especial: áreas de recursos humanos, da gestão da terra, área da agricultura, da energia, da indústria, da mineração, do transportes, da infraestrutura e por último da telecomunicações;

e) Harmonizar, na medida do necessário para o bom funcionamento do mercado comum, as leis dos Estados-membros e em particular o regime de tributação.

3.2.1 A Conferência de Chefes de Estado e de Governo

Corpo Supremo, a Conferência define as orientações gerais da política da união económica. Ele se reúne pelo menos uma vez por ano em sessão ordinária. A Conferência nomeia os presidentes e os membros dos órgãos e instituições da União. Sua Excelência Alassane OUATTARA, Presidente da República da Costa do Marfim, é o presidente desde janeiro de 2016.

3.2.2 O Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros assegura a implementação das orientações estabelecidas pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo. As deliberações do Conselho são preparados pelo Comité de Peritos, composto por representantes dos Estados-Membros. O Conselho reúne, em um guarda dois por estado dos ministros dos oito estados membros da União. Reúne-se pelo menos dois (02) vezes por ano. A Presidência do Conselho é rotativa a cada dois (02) anos. A rotação seguinte por ordem alfabética. Desde dezembro de 2015, o Conselho é presidido pelo Senegal.

3.2.3 A comissão da união econômica monetária oeste africana

Ela é o órgão executivo da União Econômica. A Comissão, para o bom funcionamento e o interesse geral da União, os poderes específicos conferidos pelo Tratado. É composto por membros, em número de oito (08), chamados de Comissários, os nacionais dos Estados-Membros. Eles são nomeados pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, em um por estado, para um mandato de quatro anos, renovável.

3.2.4 Presidente da comissão

- a) Dirige e coordena a operação dos serviços da Comissão;
- b) Articula, em termos de políticas, com o governo e autoridades políticas dos Estados membros da UEMOA, outros organismos da União Econômica, bem como com as agências especializadas autónomas e parceiros fora da União;
- c) Devem representar a Comissão nas relações com países terceiros, organizações e instituições internacionais.

3.2.5 a integração do edifício

Os locais diferentes dos processos de integração da UEMOA são conduzidas dentro dos serviços da Comissão sob a responsabilidade do Comissário. Comissário dirige e coordena as atividades dos departamentos e divisões que compõem o Departamento de que é responsável.

Por delegação do Presidente da Comissão, ele exerce o poder de supervisão sobre os funcionários de seu Departamento. Em conexão com o Presidente da Comissão, o Comissário poderá, dentro de sua competência, manter as relações atuais, incluindo técnico, com parceiros exteriores à União.

3.2.6 O Tribunal de Justiça da UEMOA

O Tribunal de Justiça garante interpretação uniforme do direito comunitário e sua implementação e considera, em particular, as falhas dos Estados para as suas "obrigações comunitárias." Ele resolve disputas entre Estados-Membros ou entre a União. É composto por juízes, um por estado, nomeados por um período de seis anos renovável.

3.2.7 O tribunal de contas da UEMOA

O Tribunal de Contas audita as contas dos órgãos da União e confiabilidade dos dados fiscais necessários para o exercício da supervisão multilateral. Presidido por M. Victor DANGNON, a Comissão de Interparlamentar é uma consultoria e facilitação de debates de integração. Ele recebe o relatório anual da Comissão e é expressa na forma de relatórios ou resoluções.

Ele prefigura o Parlamento da União para ser responsável pelo controle democrático dos organismos da UE. Composição da Comissão de Interparlamentar: 40 membros e se reúne pelo menos uma vez por ano. Sua sede fica em Bamako, Mali.

3.2.8 A câmara consular regional da UEMOA

O Consular Câmara Regional é o local privilegiado de diálogo entre a UEMOA e os principais operadores económicos. A Câmara, um órgão consultivo criado pelo Tratado da União Europeia, é responsável por alcançar o efetivo envolvimento do setor privado no processo de integração da UEMOA, incluindo:

- a) Participação na reflexão sobre o processo de integração e a implementação das reformas adotadas pelos órgãos competentes da União;
- b) A promoção do comércio e investimento na União;
- c) Suporte técnico para as câmaras nacionais e seus outros membros;
- d) Por sua iniciativa ou a da Comissão, a Câmara aconselha sobre todas as questões relacionadas com os objetivos da União, particularmente;
- e) Direito comercial, fiscal, costumes e social;
- f) Negociações comerciais envolvendo a União;
- g) A criação e o funcionamento das bolsas de valores ou de comércio, observatórios económicos;
- h) Política económica e monetária.

A Câmara reúne as Câmaras Nacionais de Comércio, associações profissionais e organizações dos Estados-Membros patronais. Sua sede está em Lome, Togo.

3.2.9 O conselho do trabalho e concertação social

O Conselho de Trabalho e Concertação Social (CTCS) foi criada pela Lei n.º 02/2009 adicionais / CGC / UEMOA de 17 de Março de 2009 pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo da União. O CTCS é um órgão consultivo e visa atingir o envolvimento efetivo de todos os atores não-estatais na integração da UEMOA.

Como tal, ele é responsável por, entre outras coisas:

- a) A revisão e avaliação de qualquer matéria susceptível de ter um impacto social na União;
- b) O fortalecimento dos mecanismos de consulta, consulta tripartite dentro da União;
- c) Apoio à consolidação dos processos de diálogo social e estruturas nos países membros.

O CTCS fornece aconselhamento por iniciativa própria ou a dos Estados-Membros, o Conselho de Ministros, Comissão, representantes dos empregadores e representantes dos trabalhadores sobre as possíveis consequências sociais de qualquer proposta comunitária.

O CTCS é composto por 72 membros designados pelos oito Estados-Membros, de acordo com a seguinte estrutura:

- a) Funcionários do governo;
- b) Representantes de organizações representativas de empregadores;
- c) Representantes de organizações de trabalhadores representativos;
- d) Representantes da sociedade civil.

O CTCS tem uma Assembleia Geral e uma secretária. O escritório é composto por três membros:

- a) A presidente (representante do governo);
- b) A Vice-Presidente (representativas das entidades patronais);
- c) A Vice-Presidente (representante dos trabalhadores);
- d) Os membros deste comitê são eleitos por um período de dois anos.

3.2.10 O conselho de autoridades locais

O Conselho de Autoridades Locais (CAL) é um órgão consultivo da União Europeia criado pela Lei n.º adicionais 02 / CGC / UEMOA / 2011 de 30 de Maio de 2011, da

Conferência de Chefes de Estado e de Governo. Por este ato, a União dá um sinal político claro para um melhor envolvimento das autoridades locais no processo de integração para enfrentar os desafios da globalização, promover o sistema de governação a vários níveis e ter em conta as preocupações das pessoas em políticas e programas de desenvolvimento da comunidade.

3.3 Missões da União Económica Monetária Oeste Africana:

- a) Assegurar a participação das autoridades locais na realização dos objetivos da União;
- b) Consolidar o esforço de integração empreendida pelos Estados-Membros da União através de ações a nível do governo local, a fim de que o ideal de integração é compartilhada pelos povos da UEMOA;
- c) Acompanhar a Comissão da UEMOA na concepção e implementação de integradores e projetos estratégicos para o benefício das autoridades locais da União;
- d) Contribuir para reforçar a coesão social, económica e territorial, através de ações compartilhadas entre a União, os Estados-Membros e as autoridades locais.

3.4 Organização da União Económica Monetária Oeste Africana

O Conselho de Autoridades Locais (CAL) é composto por representantes das autoridades locais designados pelas associações de titulares autoridades mandato locais dentro de uma autoridade local resultante de uma eleição por sufrágio universal.

O CAL é composto de 6 (seis) representantes por Estado-Membro e inclui:

- a) A Assembleia Geral;
- b) O Office.

O mandato de cada representante será de dois (2) anos.

Para garantir o funcionamento adequado, o CAL conta com uma Secretaria administrativo permanente.

A Assembleia Geral é a autoridade suprema do CAL. Ele inclui todos os membros do CAL.

A Assembleia Geral organiza o seu trabalho através de seis comissões técnicas compostas de membros da CAL:

- a) O Comitê de Desenvolvimento, Coesão Social e da Solidariedade;

- b) A Comissão de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável;
- c) A cooperação da Comissão e Parceria;
- d) A Comissão Econômica e Financeira;
- e) A Comissão Geral e Assuntos Institucionais;
- f) A Comissão Paz, Segurança e Gestão da Migração.

3.5 Assistência aos Estados-Membros da UEMOA

O Banco Central ajuda, os governos dos Estados-Membros da União nas suas relações com as instituições financeiras e monetárias internacionais e nas negociações que empreendem para a conclusão de acordos financeiros internacionais. Ele pode ser responsável pela implementação destes acordos previstos pelas convenções aprovadas pelo Conselho de Administração. No que diz respeito, em particular, as relações de Estados com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central desempenha o papel de agente fiscal, de acordo com as disposições da Convenção de 24 de Setembro de 1981 assinados entre os Estados Membros. O banco emissor também auxilia Unidos nas áreas de definição e acompanhamento da execução dos programas de ajustamento e a gestão da dívida. Em particular, ele ajuda os governos a reescalonamento das negociações da dívida externa. O banco emissor também auxilia na concepção, harmonização e implementação dos textos relativos à regulamentação das relações financeiras estrangeiras. É neste contexto de modo a assegurar, em nome dos Estados, estabelecendo sua balança de pagamentos.

3.6 Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD)

O Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD) é uma instituição comum criada para financiar o desenvolvimento dos Estados da União Monetária Ocidental Africana (UEMOA). Foi criado por um acordo assinado em 14 de novembro de 1973. A BOAD tornou-se operacional em 1976. Os Estados membros são: Benin, Burkina, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo.

Por tratado da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), assinado em 10 de janeiro de 1994 e entrado em vigor em 1º de agosto de 1994, a BOAD é uma instituição especializada e autónoma da União. É independente na realização dos objetivos da UEMOA sem prejuízo dos objetivos que lhe são atribuídos pelo Tratado da União. BOAD é

um organismo público internacional cujo objeto, de acordo com o artigo 2º de seus Estatutos, é promover o desenvolvimento equilibrado dos Estados membros e contribuir para a conquista da integração econômica da África Ocidental (BOAD, 2017).

O BOAD, é uma instituição financeira regional com o objetivo de promover o desenvolvimento na África Ocidental e promover a integração econômica dentro da sub-região. A entidade cumpre seus objetivos, contribuindo para a mobilização de recursos internos em seus países membros, terceirizando o capital estrangeiro através de empréstimos, além de fornecer recursos através de investimentos de capital, empréstimos, garantias e descontos de juros. A entidade utiliza os recursos financeiros que mobiliza para investir em projetos e programas do setor público e privado destinados a construir infraestrutura básica e moderna, melhorando meios de subsistência rurais, gerando energia e adaptação e mitigação das mudanças climáticas (BOAD, 2017).

São Acionistas do BOAD os membros detentores de ações da Série A, quais sejam: República de Benin, Burkina Faso, República da Costa do Marfim, República da Guiné-Bissau, República do Mali, República do Níger, República do Senegal, República Togolesa, Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO).

São Acionistas do BOAD os membros detentores de ações da Série B, quais sejam: República Francesa, KFW agindo em nome da República da Alemanha, Banco Europeu de Desenvolvimento (BEI) agindo em nome da União Europeia, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Reino da Bélgica, Eximbank da Índia agindo em nome da Índia, Banco Popular da China atuando em nome da República Popular da China, Reino de Marrocos. Distribuição de capital compartilhado: O capital subscrito é dividido entre os acionistas da Classe A e da Classe B até 93,39% e 6,61%, respectivamente (BOAD, 2017).

3.6.1 Assistência a estados membros

Para além do seu financiamento, a BOAD fornece aos seus Estados-Membros assistência financeira em vários domínios, incluindo a organização de *workshops*, conferências ou seminários, a formação de funcionários governamentais e a implementação de projetos social. A BOAD também aumenta as taxas de juros dos empréstimos concedidos ao setor público não comercial dos Estados membros. Além disso, participa das diversas mesas redondas para o financiamento dos programas nacionais de desenvolvimento dos seus Estados-Membros, na escolha das ações com as quais apoiará, será dada uma consideração particular às prováveis:

- a) Para facilitar o desenvolvimento dos Estados membros da União mais desfavorecidos pelas condições naturais;
- b) Contribuem para a integração das economias dos Estados da União. A coleta de suprimentos domésticos para o financiamento de ações de desenvolvimento, a animação do mercado de capitais regional e a drenagem de recursos externos para a zona também foram missões essenciais atribuídas ao Banco;
- c) Financia a construção ou melhoria das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento, particularmente em termos de saúde, educação, comunicação, equipamentos hidráulicos, eletricidade, etc;
- d) Financia melhoria, criação ou transferência de propriedade dos meios de produção e distribuição nos setores rural e industrial;
- e) Intervém diretamente ou através de subsidiárias, fundos especiais criados por ela ou instituições financeiras nacionais, podem assumir as seguintes formas, participação acionária, empréstimos de longo prazo e médio prazo, subsídios a jusante e juros a Estados-Membros, autoridades públicas, instituições financeiras, organizações, empresas e indivíduos podem se beneficiar com o seu financiamento (BOAD, 2017).

3.6.2 Ações sociais

O impacto das intervenções da BOAD vai além do aumento do nível de crescimento econômico nos países da UEMOA. O Banco promove o investimento de capital público e privado em projetos e programas destinados a proteger as pessoas contra a vulnerabilidade aos choques, reduzindo as desigualdades e reduzindo significativamente a pobreza. Dedicar uma parte significativa dos seus compromissos para melhorar as condições socioeconômicas e o ambiente de vida das populações da União, nomeadamente através da criação de riqueza e emprego, bem como através do planeamento regional. A BOAD conduz assim várias ações que visam especificamente grupos de populações vulneráveis nas áreas rurais. Essas intervenções dizem respeito, em particular:

- a) Financiamento de projetos hidro agrícolas e abastecimento de água potável, abertura de áreas de produção, fortalecendo a segurança alimentar e nutricional, melhoria da renda para populações rurais;
- b) Valorização dos cereais locais, nomeadamente através da instalação de unidades de processamento de arroz e unidades de produção de farinha de cereais à base de cereais;

- c) Apoio à integração das mulheres e dos jovens na vida econômica;
- d) Facilitar o acesso das pessoas rurais a micro finanças e serviços energéticos modernos (plataformas multifuncionais);
- e) Proteção do meio ambiente luta contra a desertificação e erosão do solo, etc (BOAD, 2017).

3.7 Remessas de Trabalhadores Migrantes nos Países da UEMOA

A pesquisa sobre remessas de trabalhadores migrantes foi iniciado para coletar informações que podem ajudar a melhorar o conhecimento do fluxo de remessas de trabalhadores migrantes, para melhor ter em conta na desenvolvimento de estatísticas da balança de pagamentos e na formulação de políticas económicas dos países membros da UEMOA. No UEMOA, a quantidade de fundos recebidos de trabalhadores migrantes quadruplicou entre 2000 e 2011. Os fluxos identificados aumentou de 323,1 bilhões em 2000 para 1.353,0 bilhões em 2011. Relatado para o PIB, estes fundos são valorizados para 3,6% em 2011 contra 1,7% na década anterior.

No entanto, estes dados cobrem apenas flui através de canais formais, devido à ausência de estimar a extensão dos fluxos informais. Além disso, as estimativas não fornecem informações sobre a repartição e económicos razões geográficas, necessários para a devida análise da contribuição das remessas de trabalhadores migrantes. Os resultados da pesquisa mostram que, em média, mais de 17% das transferências recebidas transitado através de canais informais, incluindo sistema de fax, os viajantes e outros.

Recursos vêm principalmente da Europa (66,1%), principalmente a área do euro (57,7%), incluindo a França (24,0%) e Itália (23,9%), outros países europeus sendo a fonte de 7,1% dos recursos. O continente Africano é a segunda maior fonte de remessas de migrantes para os países da União, com 20,9% de todas as entradas, incluindo 7,8% das transferências intracomunitárias e 6,6% da CEMAC. Os fundos recebidos são usados principalmente por gastos de consumo (54,6%), o investimento imobiliário (15,8%), outros investimentos (5,5%), bem como os gastos com saúde e educação (3,4% e 6,4%, respectivamente). Família e eventos religiosos mobilizar 8,7% das receitas no financiamento para os trabalhadores migrantes.

O fluxo emitido por trabalhadores migrantes residentes na União transito em média 72,5% no setor formal e 27,5% pelo canal informal. Estes recursos são principalmente para a África (72,2%) com fluxo Intra-UEMOA e 47,8% na Europa (17,4%), incluindo a França

(13,0%). América e Ásia recebem cada uma média de 4,0% dos recursos de emissão da União. As remessas são usadas principalmente para os gastos de consumo (40,4%), educação (22,3%) e investimento imobiliário (16,5%).

Os outros, imóveis e família ou eventos religiosos unidades de investimento explicar respectivamente 5,8% e 5,2% das transferências emitidas. No geral, a pesquisa tem melhorado a alocação de fluxos de migrantes na balança de transferências de pagamentos. Além disso, a informação recolhida, nomeadamente apoiando o uso do canal informal e a alocação de recursos, ajudou a tirar lições e propor algumas medidas econômicas.

3.8 Principais matérias-primas exportadas pela UEMOA

3.8.1 Cacau

Ao contrário da maioria dos outros produtos agrícolas, o preço médio do cacau se depreciou em 2016, em -7,8%. O preço caiu para US \$ 2.295 por tonelada em dezembro de 2016, em comparação com US \$ 3346 no ano anterior, (*Banque de France*, 2016). Ao longo de um ano, desde o segundo trimestre de 2016 até o segundo trimestre de 2017, o declínio é mais de um terço do valor (-36,4%).

A súbita desaceleração dos preços no verão de 2016 deve-se a uma inversão das expectativas, as perspectivas muito favoráveis para a produção na África Ocidental e na América Latina põem termo a preocupações persistentes sobre um déficit estrutural do mercado mundial. Na ótica do *Banque de France* (2016) o declínio dos preços afeta a economia da Costa do Marfim, o maior produtor do mundo, e o cacau representa um terço dos ganhos de exportação e 15% do PIB. A Costa do Marfim (1,6 milhões de toneladas em 2016) e o Gana (780000 toneladas) representam quase 60% da produção mundial.

A Organização Internacional do Cacau (ICC), que mudou sua sede de Londres para Abidjan em abril de 2017, deverá lançar em breve uma renegociação de acordo internacional de cacau com dez anos de antecedência, superprodução. Será também considerada a adaptação da oferta de produtos de chocolate às demandas, ao mesmo tempo em que estimula a demanda de países emergentes.

3.8.2 Café

Após um declínio de 12,4% em 2015, o preço médio do café robusta, a principal variedade cultivada na zona do franco, aumentou 0,6% em 2016, (*Banque de France*, 2016). Num contexto de crescimento constante do consumo, países de mercados emergentes e Ásia (+4% ao ano nos últimos dez anos), vários fatores contribuíram para o aumento acentuado dos preços mundiais que começou após o final do primeiro trimestre de 2016: a) decepcionante Vietnã, o principal fornecedor mundial de robusta; b) produção em declínio na Indonésia e no Brasil; c) preocupações com a produção robusta de Uganda, que se tornou o principal exportador da África. Em 2016-2017, pela segunda temporada consecutiva, a demanda global superaria a produção no segundo trimestre de 2017, os aumentos de preços foram 21,1%. Costa do Marfim (105 mil toneladas em 2016) e Camarões são os principais países produtores na zona do franco (*Banque de France*, 2016).

Óleos de amendoim e de palma: os preços médios dos óleos de amendoim e de palma aumentaram em 2016, com aumentos de 12,3% e 12,4%, respectivamente (UEMOA, 2017). O preço do óleo de amendoim continuou a aumentar no primeiro semestre de 2017, quando o preço do óleo de palma se depreciou. A recuperação dos preços do óleo de palma continua frágil, já que o desenvolvimento de biocombustíveis é menos atraente quando os preços do petróleo são baixos.

3.8.3 Algodão

Como resultado da estratégia da China de reduzir suas importações e desembarcar suas grandes reservas, o preço médio do algodão diminuiu em 2014 e 2015. Esta tendência de queda cedeu em 2016 a uma recuperação ainda modesta, de 5,4%. Os preços se recuperaram no primeiro semestre de 2017. A produção mundial caiu 19,5% em 2015-2016 para 21 milhões de toneladas, sendo o menor nível em 13 anos, (*Banque de France*, 2016).

Em 2016-2017, a produção, estimada em menos de 23 milhões de toneladas, voltaria a estar abaixo do consumo, o que deverá se estagnar em 24 milhões de toneladas. Os preços do algodão permanecem, no entanto, sujeitos à dupla pressão dos estoques ainda abundantes e à concorrência do poliéster. De acordo com *Banque de France*, (2016) para certos países da zona do franco, o algodão é uma atividade econômica e uma fonte de renda que é decisiva para o Estado, bem como para as famílias rurais. Burkina Faso (908 mil toneladas) e

Mali (645 mil toneladas) são os dois maiores produtores da Zona, seguidos pelo Benim (350000 toneladas) e pela Costa do Marfim (330000 toneladas).

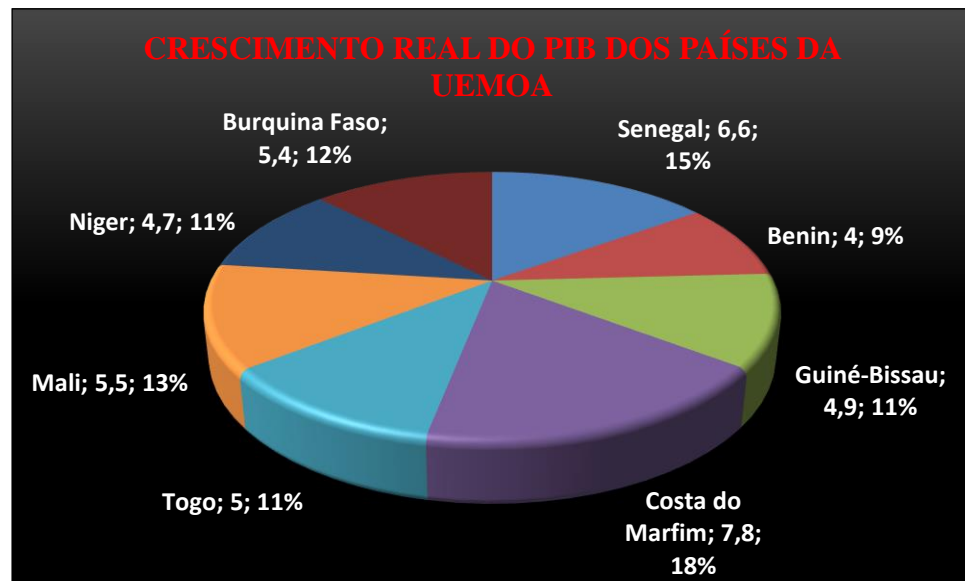
3.8.4 Ouro

O preço médio do ouro, que diminuiu de forma constante desde novembro de 2012, segundo o *Banque de France*, 2016, com queda de 8,3% em 2015, recuperou em média 7,6% em 2016. A onça atingiu o pico em 1360 no dia 24 de junho, no dia seguinte ao da votação no Brexit no Reino Unido, antes de cair de novo para 1219 dólares no final de dezembro, após a decisão do Fed de aumentar suas taxas. Desde o início do ano de 2017, o preço do ouro geralmente aumentou, mas volátil. A produção está estagnada desde 2015, sendo o grau de ouro extraído menor e menos de 1 grama por tonelada de minério transportado. Além disso, a busca de novos depósitos está diminuindo, o nível dos preços do ouro (US \$ 1157 por onça em dezembro de 2016, em comparação com quase US \$ 1.900 em 2012), o que é menos favorável para despesas de exploração e investimento grupos mineiros, e considerável no início dos anos 2000. Em 2016, o Mali (47 toneladas), Burkina Faso (38 toneladas) e a Costa do Marfim (25 toneladas) foram os principais países produtores da Zona Franca (*Banque de France*, 2016).

3.9 A SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA ZONA UEMOA

Em 2016, conforme se verifica no gráfico 03, o crescimento nos países da União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) situou-se em 6,7%. Nos últimos cinco anos, a UEMOA registou taxas de crescimento bem positiva, mais de 6% em média, a que todos os países da União participam em graus variados e em um ambiente de inflação muito moderado. Isso se deve, em particular, a amplos programas de investimento público.

Gráfico 03- Crescimento Real do PIB dos Países da UEMOA - 2016



Fonte: Elaborado pelo autor (2017)⁶

Esse padrão de crescimento levou a piorar os desequilíbrios fiscais e externos nos últimos cinco anos. Por um lado, os programas de investimento são muito intensivos em termos de importações e o déficit da conta corrente, que é estruturalmente deficiente na UEMOA, piorou consideravelmente, de uma média de 4,4% em 2000 para um saldo negativo, oscilando entre 5 e 6% desde então (UEMOA, 2017). Estabeleceu 5% do PIB em 2016, uma ligeira melhoria em relação ao ano anterior. Por outro lado, o financiamento desses programas de investimento levou a uma rápida aceleração econômica dos países da União, que em 2000 beneficiou da iniciativa de redução da dívida para os países pobres e endividados (PPME). Os países da UEMOA passaram de um índice de dívida pública de 36,6% em 2012 para 46% em 2016, um ritmo preocupante, embora o nível de endividamento permaneça globalmente sustentável, (*Banque de France*, 2016), o declínio contínuo da liquidez bancária, liderada em particular pelo crescente uso do mercado financeiro regional, levou a um aumento acentuado do refinanciamento concedido aos bancos em valores mobiliários do governo.

Segundo o *Banque de France* (2016), o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) respondeu a esse desenvolvimento preocupante, aumentando a taxa marginal em 100 pontos base, levando a uma expansão do corredor chave de taxas de juros, combinado com um teto sobre o uso da janela marginal.

⁶ Dados disponível em: < <http://www.worldbank.org>.> Acesso em: 07. Nov. 2017

Espera-se que a UEMOA mantenha um ritmo de crescimento sustentado em 2017, apesar da queda muito acentuada nos preços do cacau que afetam a economia da Costa do Marfim, mas ao preço de um aumento em seu endividamento.

3.10 Atividade e inflação

Em 2016, a UEMOA manteve um crescimento dinâmico, estimado em 6,7%, ligeiramente superior ao de 2015 (6,3%) e a um nível significativamente acima da média para a África subsaariana (1,3%), (*Banque de France*, 2016), a Costa do Marfim e o Senegal continuam a atuar como locomotivas, com taxas de crescimento de 8,8% e 6,7%, respectivamente. O retorno ao clima de paz e boa governação resultou em uma notável recuperação do crescimento no Níger. O Burkina Faso também contribuiu positivamente para a modesta aceleração do crescimento da região como um todo, graças ao dinamismo do setor privado, ao lançamento de investimentos públicos no Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (PNDE) e desempenho de exportação. Guiné-Bissau, Togo e Mali têm taxas de crescimento geralmente estáveis ou um declínio muito ligeiro entre 2015 e 2016, mas ainda são sustentados, (UEMOA, 2017). Finalmente, Benin registrou uma taxa de crescimento de 3,9%, notavelmente inferior à média da UEMOA (5%). Este menor desempenho é amplamente explicado pela recessão econômica de seu vizinho, Nigéria, do qual o Benin continua dependente.

Em comparação com os anos anteriores e, em particular, até 2015, as contribuições públicas de investimento e investimento diminuíram significativamente em 2016, refletindo a conclusão de alguns projetos de construção de infraestrutura e esforços para racionalizar a despesa pública. Este menor contributo foi, no entanto, parcialmente compensado por um aumento da contribuição do consumo privado de 3,9% do PIB e uma contribuição quase neutra e positiva para as exportações líquidas (*Banque de France*, 2016). Numa análise mais profunda do *Banque de France*, o setor terciário continua a ser o principal motor do crescimento da UEMOA, com contribuição de 3,7% do PIB, reforçada pelo bom desempenho das atividades comerciais e de transporte e pelo dinamismo renovado dos serviços financeiros e telecomunicações. O setor secundário contribui com 2,1% de crescimento. Em 2015, a menor contribuição das atividades de fabricação foi compensada por uma recuperação da atividade no setor de construção e obras públicas, que foi impulsionada pelos programas de investimentos em andamento (UEMOA, 2016). A produção industrial, no entanto, beneficiou de um aumento

da capacidade de produção de eletricidade energia solar no Senegal e Burkina Faso e energia térmica no Níger. A contribuição do setor extrativo foi menor do que em 2014 e 2015, com diminuição da produção de petróleo, urânio e ouro, sendo este último vinculado ao envelhecimento de certas minas, como no Mali. Finalmente, a contribuição do setor primário foi fortalecida em 2016, principalmente devido ao aumento da produção agrícola, ligada às condições climáticas que geralmente foram mais suaves do que no ano anterior. Em geral, houve um aumento na maior parte da produção agrícola na UEMOA nos últimos anos, indicando que os esforços para impulsionar a produção agrícola, particularmente no setor de exportação, estão melhorando, (*Banque de France*, 2016).

De acordo com BF a taxa de inflação na UEMOA foi de 0,3% em 2016, contra 1,0% em 2015, um nível baixo e ainda bem abaixo do limite máximo comunitário de 3%. As flutuações dos preços, no entanto, permaneceram positivas na maioria dos países da União, com exceção do Mali, Benin e Burkina Faso. Esse declínio na inflação é explicado em grande parte por uma queda nos preços dos alimentos, impulsionada pela melhoria da oferta de mercado associada a boas colheitas para 2016. A inflação moderada também reflete redução dos preços dos combustíveis na maioria dos países da União, com efeitos induzidos nas tarifas de transporte. Este desenvolvimento tem sido exacerbado no Benim, onde o efeito da depreciação do naira nigeriano teve um forte impacto negativo nos preços dos combustíveis. Em geral, a contribuição do componente de energia para o nível de inflação em 2016 foi em grande parte negativa. O preço dos produtos importados também contribuiu para a manutenção da baixa inflação, (BCEAO, 2017). A inflação subjacente excluindo os preços da energia e dos alimentos - também manteve-se muito moderada, de acordo com o BCEAO, em 0,5% ano-a-ano em dezembro de 2016. Preços por serviços, transportes e telecomunicações, tendem a diminuir ao longo do ano. Por outro lado, um aumento nos preços foi registrado em serviços de restauração e serviços relacionados à educação.

4 METODOLOGIA

A metodologia é compreendida como sendo estudo dos métodos. Isto é, o estudo dos caminhos para se chegar a um determinado fim. “Compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica, a metodologia, em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e questões de investigação.” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 11).

4.1 O que é pesquisa

Pesquisa, entendido como um conjunto de ações que visam a descoberta de novos conhecimentos em uma determinada área. A palavra pesquisa deriva do termo em latim *perquirere*, que significa "procurar com perseverança". Uma parte importante de qualquer pesquisa é o recolhimento de dados, e por isso um pesquisador deve buscar por informações com diligência (Prodanov; Freitas, 2013).

4.2 Quanto aos objetivos

Quanto a objetivos, a pesquisa pode ser: Exploratório, Descritiva ou Explicativa. Esta pesquisa é do tipo exploratória, compreendida por alguns autores como pesquisa quase científica, o passo inicial da pesquisa pela experiência e um auxílio que traz formulação de hipóteses significativas para posteriores pesquisas, a pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre seus elementos componentes (Cervo; Bervian; Da Silva, 2007, p. 63). A pesquisa exploratória visa uma maior familiaridade do pesquisador com o tema, que pode ser construído com base em hipóteses ou intuições. Os assuntos das pesquisas exploratórias, geralmente, são pouco conhecidos e, por isto, este tipo de pesquisa costuma envolver grandes levantamentos bibliográficos, citações e exemplos que facilitem o entendimento do assunto, além de entrevistas com pessoas que passam pelo problema ou já o superaram.

4.3 Quanto aos procedimentos

Os procedimentos escolhidos para o presente pesquisa para a coleta de dados são, pesquisas bibliográficas entendido como aquele que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, consulta a livros, monografias já publicados, artigos, e sites, (em especial sites de Bancos) o nosso trabalho relata sobre zona

econômica, monetária e a economia da Guiné-Bissau, isso nós impulsiona a pesquisar nos sites de Bancos, BCEAO, FMI, BM, Banco da França, etc.

4.4 Quanto a abordagem do problema

Quanto à abordagem do problema, a metodologia da pesquisa pode ser, qualitativa e quantitativa. O presente pesquisa é do tipo qualitativa que tem como finalidade conseguir dados voltados para compreender as atitudes, motivações e comportamentos de determinado grupo de pessoas, objetiva entender o problema do ponto de vista deste grupo em questão, levando em consideração a estratégia os matérias usada no decorrer do desenvolvimento do nosso trabalho de pesquisa, pesquisas bibliográficas e estudos de caso são muito utilizados nas pesquisas exploratórias, que contam muito com a intuição do pesquisador, dependendo bastante de seu trabalho.

5 RESULTADOS E DISCUSÕES

Com intuito de combater a inflação que assolava o país na época e a falta de acesso ao mercado regional e internacional, os dirigentes do país na época optaram por aderir a UEMOA por acreditar que seria uma solução ao curto prazo de combater a inflação e expandir o seu mercado internacionalmente e obter uma estabilidade monetária e econômica. A iniciativa causou muitos entraves socioeconômicos ao país, a Guiné-Bissau se tornou muito dependente dos países da união, em especial Senegal, por ser o principal fornecedor dos produtos de primeira necessidade.

A Guiné-Bissau celebrou neste ano de 2017 os seus 20 anos de adesão à UEMOA, uma zona monetária criada em 1939 pela França, depois da crise financeira mundial de 1929, com o objetivo de proteger a sua economia e o seu comércio exterior. Em 1945, General De Gaulle, antigo presidente da França, criou o FCFA que significa literalmente Franco das Colônias Francesas da África, que a partir dessa data passa a ser a moeda única para todos os países que compõem a Zona franca. França conseguiu manipular e tirar partido e benefícios da união, através do controle que exerce no conselho da administração do BCEAO e da moeda FCFA.

O primeiro partido que a França conseguiu tirar foi através da centralização das reservas de câmbio da união no Tesouro público francês. Em atributo do artigo primeiro da convenção da cooperação monetária entre a França e os países membros da UEMOA, decidiu-se que os países da UEMOA têm por obrigação de depositar 50% das divisas provenientes do resultado de suas receitas de exportação em divisa numa conta denominada Conta de Operações aberta no Tesouro Público francês em nome do BCEAO, com esses depósitos, a França garante a convertibilidade dessas divisas em FCFA e permitir o BCEAO a emissão da moeda.

Por exemplo, se a Guiné-Bissau vender as licenças de pescas à União Europeia por um montante total de 20 Milhões de Euros, esse montante será depositado na sua conta junto ao BCEAO e essa, por sua vez, vai depositar os 20 milhões da Guiné-Bissau na conta do tesouro público francês para ser convertida em FCFA, porque o governo da Guiné-Bissau precisa de FCFA para cobrir as suas despesas públicas, pois não pode utilizar euros para pagar salários e outra despesas. E como é estipulado no artigo primeiro da cooperação monetária, a França vai ficar com 50% desse dinheiro para garantir conversão em FCFA, neste caso 10 milhões de euros que a Guiné-Bissau nunca mais receberá. Para os 10 milhões restantes, a França converte-os em FCFA. Olhando por esse horizonte, a França fica com metade dos valores da exportação

dos países da união, que servirá para cobrir o seu *déficit* comercial, pagamento das suas dívidas externas, emprestar aos próprios países africanos, etc.

O segundo princípio é a fixação de taxa de câmbio do FCFA, a UEMOA adotou um regime de taxa de câmbio fixo, o que significa que o valor do FCFA no mercado mundial depende do valor do Euro. Com a taxa de câmbio fixo, os países da UEMOA não podem decidir sobre a desvalorização do FCFA nos momentos das crises económicas para aumentar a competitividade, nem da sua valorização durante diferentes ciclos económicos que pode ser necessária para um bom funcionamento das suas economias.

Outro ponto é a livre convertibilidade do FCFA, que significa teoricamente que o FCFA pode ser convertido para qualquer moeda internacional. Na prática, o FCFA não é uma moeda convertível, pois não tem nenhum valor no exterior dos países que o utiliza como a moeda nacional. Um exemplo, é que não se pode trocar o FCFA em nenhum país europeu e do mundo, nem mesmo na França. Essa moeda facilita apenas os investimentos franceses na África nós tornando mais dependente deles, facilitando importação da França das matérias primas africanas e bloqueia todo o tipo de trocas comerciais entre os países da UEMOA e dos países exteriores da zona CFA.

Ressaltando que a zona CFA é composta por 15 países, 8 da UEMOA, com o Banco Central BCEAO (Guiné-Bissau, Senegal, Benin, Burkina-Fasso, Costa do Marfim, Mali, Níger e Togo), 6 países da CEMAC com o Banco Central BEAC (Camarões, Republica Centro Africano, Congo-Brazaville, Gabão, Guiné-Equatorial e Tchad) e por último as Ilhas Comores com o seu Banco Central BCC.

Esses 15 países mencionados anteriormente fazem parte da mesma zona, por incrível que pareça o FCFA não é conversível entre estes três zonas. O FCFA dos países da UEMOA não tem nenhum valor nos países do CEMAC e vice versa. Um guineense não pode utilizar o seu FCFA no Gabão e vice versa, mas são todos FCFA só que são emitidos por dois bancos centrais diferentes. A França adotou esta sabia estratégia para impedir qualquer trocas comerciais entre esses países, impedindo as mesmas de expandir o comércio regional, uma estratégia diabólica bem planejado e sucedido.

De 2011 á 2016 o país só conseguiu em 2012 registrar um crescimento anual do PIB de maior ou igual que 5% como é estabelecido nas normas da UEMOA. A colaboração do sector primário (agricultura, silvicultura e pesca) para a formação do PIB é muito significativo, cerca de 62%. A agricultura, dominada pela cultura de caju, ocupa uma grande parte da

população ativa e concentra uma grande parte da população rural. Ela ainda é marcada pelos seus métodos agrícolas arcaico e sujeitos às alterações dos preços mundiais de castanha de caju.

Desenvolvimento e desafios a longo prazo, o desenvolvimento econômico inicialmente é prejudicado pelo baixo nível de qualificação da população. De acordo com nota da UNESCO, apenas 60% das crianças atingem o final do ciclo primário. De acordo com o estudo, a lacuna educacional do país é devido à falta de infraestrutura escolar (falta de escolas que oferecem as seis notas primárias, faculdades, etc.), falta de qualificações para professores e a ausência de programas oficiais claramente definidos. Em fevereiro de 2017, a Guiné-Bissau assegurou quase US\$ 200 mil em financiamento da Parceria Global para Educação para projetar um novo plano de educação setorial.

Uma economia que continua a ser fortemente dependente do setor agrícola. A primeira fase do Plano de Desenvolvimento "*Terra Ranka*", implementada no período 2015-2020, contém um importante componente destinado a fortalecer o setor primário, com particular ênfase no setor agrícola (principalmente caju e arroz). O setor agrícola é o suporte da economia da Guiné-Bissau, uma fonte de rendimento para 85% da população. Se estas potencialidades forem amplamente exploradas, podem se tornar alavanca para acelerar o crescimento econômico da Guiné-Bissau, sobretudo nas regiões do país com terras férteis, chuvas abundantes e biodiversidade muito rica.

O Governo deve investir no fortalecimento da fileira priorizando a transformação local e diversificação da exportação. A economia da Guiné-Bissau continua a evoluir de acordo com o ritmo das castanhas de caju e das exportações, que representam mais de 80% dos ganhos de exportação do país. A promoção do setor é uma das prioridades para o Governo da Guiné-Bissau, com o objetivo de transformar 70% da produção de caju até 2020.

O governo deve combater as exportações ilegais de castanha de caju, que constituem um déficit real para o país em termos de receitas fiscais. Para tanto, aumentou o preço mínimo garantido para o produtor em várias ocasiões para 350 FCFA por quilograma em abril de 2016 (em comparação com 300 FCFA em 2015) e, em seguida, para 500 FCFA em março de 2017. Apesar destas medidas, o preço de venda ainda é duas vezes maior no Senegal, o principal destino das exportações ilegais de caju da Guiné-Bissau. O país deve criar projetos e investir fortemente no cultivo de arroz.

A frequente recorrência de golpes e turbulências internas dificulta a organização do Estado, como consequência, as fontes de financiamento internas são praticamente inexistentes devido a desorganização interna que desfavorece muito a captação de recursos externos. O caso

da Guiné-Bissau é muito influenciado por quatro factos importantes. Em primeiro lugar, a Guiné-Bissau tem um elevadíssimo nível de dependência de uma única exportação, caju, que é cultivado pela grande maioria de camponeses no país, e abrange cerca de 5% do total da superfície terrestre, e representa 98% dos exportação receitas, bem como 10% das receitas públicas.

Em segundo lugar, a Guiné-Bissau sofre de uma base infra estrutural extremamente degradada e precária. Em terceiro lugar, a Guiné-Bissau depende fortemente das importações do seu alimento mais importante, arroz, óleo soja, açúcar, cebola, batata. E, quarto, as exportações de pescado são uma fonte importante de receitas públicas, através da concessão de licenças para embarcações de pesca estrangeiras que operam nas águas da Guiné-Bissau mas desembarcam as suas capturas em outros países (em especial Senegal). É importante notar que a política comercial em si não é o mais importante dos obstáculos confrontando a Guiné-Bissau neste momento.

Embora existam algumas áreas onde certamente algumas mudanças úteis poderiam ser feitas, a adesão do país à UEMOA adequou as suas políticas globais em matéria de comércio externo e de disposições financeiras com as dos seus vizinhos, e tornou-as em grande dimensão, mais extensa e favoráveis para o progresso no domínio das relações comerciais internacionais, mas o tornou muito dependente do Senegal.

A Guiné-Bissau tem uma percentagem muito baixa em medidas internacionalmente reconhecidas, sendo a mais baixa de qualquer país da zona da união monetária (UEMOA) e a terceira a partir da parte inferior no mundo em geral no inquérito anual do BM (*Doing Business Survey*). Esse facto se deve aos problemas enfrentados pelos potenciais empresários na Guiné-Bissau onde a mera abertura de uma empresa leva em média 233 dias e mais de 250 por cento do PIB per capita em termos de custos.

O problema da Guiné-Bissau reside principalmente em torna-lo num país onde as empresas vão querer operar numa tarefa difícil dada as posições relativas face aos seus vizinhos. O país tem que facilitar a abertura de empresas atrair investidores a investir no país essa iniciativa vai gerar mais emprego, e contribuir para economia do país. Embora ainda exista muito a ser feito, a Guiné-Bissau tem o potencial para se tornar num local atrativo para as empresas, tanto nacionais como internacionais, em especial graças à sua base de recursos naturais (madeira, fosfato, bauxite, petróleo, terra fértil para cultivo com 6 meses de estação chuvosa, etc) a UEMOA criou o BOAD com objetivo de ajudar os países da união a impulsionar as suas economia, assistência na preparação, promoção e implementação de projetos,

financiando projetos de desenvolvimento e da assistência às Pequenas e Médias Empresas através de linhas de crédito a parcerias público-privadas.

Atividade das alfândegas tem uma magnitude especial para o comércio internacional, pois faz parte do Ministério das Finanças e, embora seja claro que a gestão desta Direção pretende simplificar e modernizar o seu funcionamento, o crescimento tem sido tardio por várias razões. Uma delas está ligada a uma força de trabalho excessiva e, muitas vezes redundante, que não pode facilmente ser reduzida devido aos regulamentos do funcionalismo público.

Outra é a necessidade de implementar sistemas informatizados modernos e investir na capacitação dos servidores públicos o BOAD não só financia como também oferece assistência na capacitação aos estados membros da UEMOA. É relevante investir a curto prazo na modernização das operações aduaneiras e atribuir à autoridade de desembarço portuário somente as Alfandegas, deixa-lo numa sistema mais descentralizado com menos burocracia e mais eficaz. As infraestruturas da Guiné-Bissau encontram-se num estado extremamente deteriorado e constituem o item prioritário em termos de investimentos necessários para promover a integração comercial da zona econômica.

O país está ameaçado de perder o acesso direto ao comércio marítimo através da degradação da condição física do seu porto de Bissau, é um dos setores com uma grande contribuição no PIB do país, tem havido muita discussão em torno da possibilidade de construir um porto⁷ alternativo de águas profundas, em Buba ou em Biombo (região do país). Essas ideias merecem estudo e podem muito bem ser uma solução de longo prazo para o país, que pode contribuir para o crescimento da economia.

As estradas de acesso a interior do país ainda estão numa condição bastante danificado, deixando muitas áreas com muita dificuldades no acesso intermitente. Durante a estação das chuvas algumas áreas, especialmente no sul do país, não têm acesso rodoviário de todo, uma questão que merece especial atenção do governo, dado que a colheita da principal cultura de exportação, caju, tem lugar nessa altura. A situação no sector da eletricidade é um grande problema. Apenas 20% da população tem acesso à eletricidade pública, exclusivamente

⁷ Apoio à aplicação dos programas setoriais de UEMOA, a BOAD participa ativamente da implementação dos programas de investimento comunitário da UEMOA, como a segunda fase do Programa Económico Regional, a Iniciativa Regional para Energia Sustentável, Ações da Infraestrutura Comunitária e do Transporte Rodoviário, essenciais para fortalecer a integração na África Ocidental. Também participa dos comités de direção de vários projetos relacionados à definição de políticas setoriais comuns da União.
Disponível em: <<http://bit.ly/2A8BN2b>> Acesso em: 23. Nov. 2017

nas grandes cidades e principalmente em Bissau. Mesmo nessas áreas, a companhia eléctrica só é capaz de fornecer energia 70% do tempo. A Companhia de Eletricidade (EAGB, Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau, 2016) tem grandes constrangimentos financeiros, incluindo dificuldade em cobrar faturas, bem como problemas com pessoal com formação adequada para prestação de serviço ao público, o país pode bem conseguir financiamento junto a BOAD mas devido as constantes golpes de estados que assola o país deixa-o frágil sem estabilidade política-militar isso dificulta muito na hora de conseguir um financiamento por parte do BOAD sabendo que o banco precisa de garantias de que o valor financiado vai ser utilizado no projeto apresentado pelo país, para que o país consegue realmente usufruir de todas as vantagens que a UEMOA possa lhe proporcionar, primeiramente precisa de estabilidade política-militar e apresentar um projeto convincente voltado para desenvolvimento curto, médio e longo prazo.

O país aprovou em 1995 leis sobre a descentralização, o país ainda não tem nenhum Governo Local dirigido por responsáveis eleitos. O intuito do Governo em exercício é de descentralização (eleger Governos local por meio de votos, mas tudo indica que vai ser mais um projeto que vai ficar só no papel) e promover o desenvolvimento das comunidades locais e das regiões, através da revisão dos textos de 1995 e melhorar a condição da população local em meios financeiros e humanos segundo uma estratégia de implementação realista que tomará em conta as capacidades institucionais e financeiras do país.

O Governo precisa continuar envidando esforços para reforçar e impulsionar receita pública, melhorar a qualidade das despesas públicas, promover os investimentos estrangeiros diretos e incentivar remessa de emigrantes através da implementação do novo código de investimento e criação de um banco na Europa de modo a facilitar a remessa, precisa reforçar as capacidades das estruturas responsáveis de atribuição de licenças de pesca e de formalização de empresas e mobilizar os recursos externos para cobrir as necessidades de investimentos do país e apoiar a balança de pagamentos.

O país precisa de reformas no aparelho de estado, na administração pública como, racionalizar as estruturas e os efetivos da administração e melhorar significativamente a prestação de serviços públicos, de modo a torna-lo mais eficaz, reforço das capacidades institucionais e humanas para que o país possa contar com uma melhoria da gestão dos recursos humanos, revisão e melhoria do quadro jurídico e regulamento da administração pública, continuação do investimento de Estado nas atividades prolifero e comerciais, racionalização

dos recrutamentos na função pública e implementação de concurso público e investir no setor de turismo.

O país tem uma potencialidade muito grande nessa área com a capacidade para atrair bastante turistas podendo contribuir significativamente na economia do país, e o mais importante o país precisa de uma reconciliação nacional entre os partidos políticos, militares em seu todo, Forças armadas têm de fazer as suas funções de manter segurança e proteger país, ser amigo do povo não inimigo, os políticos devem levar em consideração que o país está acima de tudo, acima de interesses pessoal e tudo mais e aprender a unir as forças (deixar a divergências, interesses e sabotagens de lado) para servir o povo e criar projetos para construção do país, como dizia o pai da Independência da Guiné-Bissau e Cabo verde, Amílcar Cabral, em um dos seu celebres frases, a guerra com os portugueses pela independência é o programa mínimo que o povo vai cumprir, a tarefa mais difícil e turbulento é a construção da nação (isso exige flexibilidade, competência, responsabilidade, honestidade, tolerância, etc.).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os países da UEMOA precisa de uma abolição total, desvincular totalmente da França, é urgente a retirada dos representantes da França no Conselho da Administração do BCEAO, banir a obrigação de depositar 50% das divisas provenientes do resultado das receitas de exportação dos países da união na Conta de Operações aberta no Tesouro Público francês, para que possam ter o controlo da política monetária, isso permitirá a UEMOA controlar a sua massa monetária e passar a emitir a sua própria moeda. Isso vai impulsionar a economia da União e contribuir de forma significativa no desenvolvimento socioeconômico dos países da UEMOA.

A fraqueza do país no plano político, institucional e de segurança, resultante do conflito político-armado de 1998/99 e da interferência recorrente das forças armadas na vida política e recentemente, a crescente influência do tráfico internacional de drogas e do crime organizado. Apesar de algumas melhorias registadas nos últimos três anos, a situação permaneceu precária, marcado por frequentes mudanças institucionais, governos dissolvidos e, por vezes trágicos acontecimentos prejudiciais aos direitos do estado e da dinâmica do desenvolvimento. Os curtos períodos de estabilidade política da Guiné-Bissau tiveram reflexos significativos no crescimento do PIB. A falta de diálogo e entendimento entre as forças vivas da nação, tem resultado em agitação sociais que muitas das vezes terminaram em conflitos violentos.

O setor agrário é responsável pela ocupação de 80% da população de Guiné-Bissau e a agricultura que sempre foi o motor do crescimento econômico, marcadamente a cadeia de produção e exportação da castanha de caju. Outro setor de grande importância é o pesqueiro. A privilegiada localização e biodiversidade de Guiné-Bissau gera enorme quantidade de recursos pesqueiros. Segundo o DENARP II, o potencial de captura anual atinge 250-350 mil toneladas (incluindo o camarão). Bem gerido e melhor valorizado, o sector pode constituir uma fonte importante para o crescimento económico, a criação de empregos, a melhoria da dieta alimentar e para o aumento e a diversificação das exportações e receita fiscais.

Os constrangimentos ao setor são de várias ordens, mas especialmente políticas, institucionais, infraestruturas e de gestão. Os fracos meios de fiscalização e controlo das embarcações de pesca e de combate as atividades ilícitas na Zona de Exploração Exclusiva gera também perdas económicas expressivas ao país. O setor das pescas é reconhecidamente o setor que poderia ter maiores impactos sobre a redução da pobreza e a segurança alimentar. As

sucessivas subida da inflação nos últimos anos, cuja o ritmo não compatível com o crescimento do PIB. Salário inófia pago a nível das instituições públicas e privadas no país, apesar do reajuste desprezível concedido pelo governo em 2004.

A deterioração do sector agrícola como principal fonte para o desenvolvimento sustentável do país e outros setores chaves como da educação, energia, indústrias pequenas e médias portes de transformação de produtos agrícolas e pesqueiros entre outros fatores. A fragilidade da economia devido a sua transcendente dependência da agricultura (cerca de 45% do PIB) e, particularmente a sua linha de caju, a predominante fonte de receitas de exportação e parte considerável da receita pública, dada a fragilidade da economia face à conjuntura internacional.

O sector privado é fraco não cumpre formalidades principalmente em atividades informais. Acesso da população aos serviços bancários é limitada em cerca de 2% a 3% da população (DENARP II). As carências no ambiente empresarial, relacionadas com a grave escassez em infraestrutura básica (energia, transportes) e a debilitada capacidade de apoio do sector público, a Guiné-Bissau ocupa o 172º lugar entre 190 países listados no Doing Business 2017 (Banco Mundial, 2017).

Aplicação eficaz e eficiente na prática e urgente do documento estratégico nacional da redução de pobreza (DENARP), e outros programas, políticas e projetos setoriais de emergência, permitindo assim alcançar os objetivos do milénio, que lá vai três décadas nunca foi alcançado, reformas profundas no setor da educação, defesa e segurança, modernização do setor agrícola e a sua ligação ao sector industrial para contenção dessas e outras situações embaraçoso ao crescimento sustentável do país, adoção e implementação eficaz de programas direcionados, exclusivamente a criação de emprego jovem. A cidade de Bissau é o principal fonte económico do país, mas para um crescimento inclusivo, as políticas públicas devem dinamizar as cidades secundárias e trabalhar para o desenvolvimento económico e social das zonas rurais.

Na visão do DENARP II (2011), país precisa de reforço de mobilização de receitas através de: a) aplicação estrita das disposições fiscais e aduaneiras, b) alargamento da base fiscal, incluindo a integração das taxas imobiliárias e predial (ou alargar a base fiscal atribuindo a DGCI a missão relativa ao registo dos títulos de propriedade), c) racionalização e seguimento de isenções aduaneiras e fiscais, d) controlo das receitas através da centralização de arrecadação na DGCI, v) desenvolvimento de mecanismos e procedimentos acelerados

para reembolsos dos IGV/TVA e ACI e, é) inscrição da questão fiscal na ordem do dia do diálogo entre o Governo e o sector privado.

A Guiné-Bissau tem potencial substancial para o desenvolvimento de recursos minerais, incluindo petróleo, gás offshore, fosfatos, bauxita e areias minerais. O clima e o solo do país possibilitam cultivar uma grande variedade de culturas comerciais, frutas, vegetais e tubérculos. No entanto, a castanha de caju geram mais de 80% das receitas de exportação e são a principal fonte de renda para muitas comunidades rurais. As perspectivas de rendimento a partir da mineração de fosfato, bauxite e possivelmente petróleo dão um sonho real a uma importância especial quando se encara o futuro. Dadas as estimativas de que as receitas provenientes dessas fontes poderiam elevar-se a cerca de 30% do PIB, fazendo com que a exportação esteja diversificada fazendo com que o país dependesse menos de castanha de caju.

A fraca capacidade financeira do Estado apesar do progresso feito na mobilização de recursos internos, o país continua muito dependente da ajuda externo para financiar as despesas do Estado, incluindo as despesas do funcionamento em alguns sectores (em especial, electricidade, agricultura, saúde). A administração pública do país constitui um importante entrave ao desenvolvimento, devido ao seu fraco dedicação e empenho ao serviço público. Além de problemas de atraso dos salários (não basta ser muito baixo) e da falta de recursos para as operações diárias, um problema fundamental é o sistema de justiça em que os poucos tribunais existentes estão confrontados com uma séria sobrecarga de trabalho.

A obscuridade da lei levou a um elevado grau de variação na sua aplicação, não existe qualquer convicção quanto ao que os tribunais vão decidir em qualquer caso. Um bom controle e desempenho do sector financeiro, possibilitando acesso ao financiamento aos operadores em todos os níveis das cadeias de valor orientadas para a exportação será vital para a realização dos ambiciosos objetivos de crescimento económico da Guiné-Bissau. A aplicação nos próximos anos de um programa abrangente para reforçar o sector como um todo, em especial do microfinanciamento do sector, em particular, será determinante para que o sector possa desempenhar o seu papel primordial no crescimento do país.

Vários dos sectores a seguir, em especial para os sectores da agricultura e as pescas, dependem muito do bom resultado do desenvolvimento de instituições financeiras capazes de operar ao nível micro e descentralizado de modo a que as populações mais distantes (interior do país) possam ter acesso a elas. Aperfeiçoamento dos departamentos governamentais responsáveis pela fiscalização nesta área será uma parte importante no impulso do

desenvolvimento financeiro, assim como o apoio direto a instituições de micro finanças, em particular nas zonas onde os produtores assim como pescadores de produtos-chave, tais como caju, arroz e peixe estão concentrados com ajuda do BOAD na capacitação das micro empresas e financiamento da mesma pode ser um grande salto para o desenvolvimento do país.

Guiné-Bissau realizou progressos significativos na estabilização da gestão macroeconômica, na reforma da administração pública e na melhoria da oferta dos serviços públicos, principalmente nos setores da educação e saúde. Por ocasião da sua última missão na Guiné-Bissau em junho de 2017, o FMI congratulou-se com a implementação bem-sucedida do programa. Dadas as medidas tomadas pelo país, o FMI concordou com a conclusão da terceira revisão, apesar de não atender a um dos cinco critérios de desempenho (o país acumulou novos pagamentos em atraso externos que, desde então, foi totalmente liberado). O FMI também sublinhou os esforços contínuos do Governo para melhorar a mobilização de impostos e o respeito pelo orçamento, enquanto lamenta o impacto negativo da instabilidade política na implementação de medidas estruturais.

O povo guineense sempre sonhou e continua sonhando, com um país bem governado, onde reina a paz social e no qual a separação de poderes permite o exercício de governação, de uma forma transparente, um país economicamente forte e bem integrado na sub-região, com um ritmo de crescimento demográfico sustentável e compatível com o crescimento económico anual imposto pela UEMOA, um país onde a desigualdade social e a pobreza são reduzidos significativamente ou quase nula, um país onde a igualdade de direito e de oportunidades entre homem e mulher vai passar de uma mera teoria e passa a ser reconhecida e aplicada, um país democrático onde a participação da população na gestão dos assuntos públicos, deve ser um pilar do Estado de Direito a promover, onde a população não vai ser só um instrumento utilizado no período de campanha política para obter voto, um país democrático, reforço da justiça e da autoridade da lei, lei acima de tudo e todos.

6.1 Analisar o funcionamento do Sistema Financeiro da Zona UEMOA

Dessa forma, entende-se que o objetivo geral foi alcançado, depois da criação da zona econômica e monetária precisava da criação de um banco para emissão e regularização da moeda, gerenciamento de política monetária, organização e supervisão das atividades bancárias, bem como de assistência aos Estados-Membros União foi criada o BCEAO com estatuto de um banco central com as seguintes principais tarefas, definir e implementar a

política monetária dentro da UEMOA, para garantir a estabilidade do sistema bancário e financeiro da UEMOA, promover o bom funcionamento e garantir a supervisão e segurança dos sistemas de pagamento na UEMOA, implementar a política cambial da UEMOA de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho de Ministros e gerenciar as reservas oficiais de câmbio dos estados membros da UEMOA, o BCEAO pode conduzir, tendo em conta o equilíbrio monetário, missões ou projetos específicos que contribuam para melhorar o ambiente de política monetária, a diversificação e o fortalecimento do sistema financeiro da UEMOA, e capacidades técnicas e profissionais no setor bancário e financeiro.

As dificuldades encontradas durante a década de 60 pelos bancos de desenvolvimento, estruturas de financiamento tradicionais para a agricultura, pequenas e médias empresas e artesanato, contribuíram para a estagnação e até o declínio da atividade econômica na economia dos países da UEMOA. Na verdade, essa situação resultou na liquidação da maioria dos bancos de desenvolvimento. Realizou mais urgente a necessidade de promover estruturas de financiamento alternativas capazes de assegurar a mobilização de pequenas economias em áreas rurais e urbanas e criar condições para uma inserção gradual do setor informal na economia moderna.

Para o efeito, as consultas com as principais partes interessadas (parceiros de desenvolvimento, instituições financeiras locais, governos e Banco Central) destacaram a necessidade de desenvolver o sistema regulatório em vigor para conferir status legal a outras instituições, bancos e instituições financeiras que prestam serviços financeiros a populações fora do sistema bancário tradicional (cooperativas ou mútuas de crédito, organizações não governamentais, envolvidas em operações de coleta de poupança e distribuição de crédito) e projetos de crédito. Em 2014, o sistema bancário da UEMOA contava com cento e trinta e um (131) instituições de crédito autorizadas, dos quais cento e dezessete (117) bancos e quatorze (14) instituições financeiras bancárias.

Para atender a essas necessidades foi criada pelo estados da união o Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD) uma instituição especializada e autônoma cujo objeto é promover o desenvolvimento equilibrado dos Estados membros e contribuir para a conquista da integração econômica da África Ocidental.

BOAD utiliza os recursos financeiros que mobiliza através de investimentos de capital, empréstimos (empresas públicas e privados em especial privado com fins lucrativo), garantias e descontos de juros para investir em projetos e programas do setor público e privado destinados a construir infraestrutura básica e moderna. Para além do financiamento, a BOAD

fornece aos seus Estados-Membros assistência financeira em vários domínios (infraestrutura, educação, saúde) incluindo formação de funcionários governamentais e a implementação de projetos social.

6.2 Caracteriza a Economia da Guiné-Bissau de 2011 á 2016

A Guiné-Bissau registrou o seu maior crescimento do PIB em 2011 9,3% isso se deve a uma boa campanha da castanha de caju e a subida de preço do produto no mercado internacional e a um controle rígido por parte das autoridades nacionais impedindo o contrabando do produto para Senegal onde o preço é mais atrativo. O ano 2012 foi o pior ano na economia do país onde foi registrado uma queda de -2,2% do PIB, isso devido ao conflito político-armada que ocorreu no dia 12 de abril de 2012, originou a suspensão da assistência da maioria dos parceiros. Em 2013 e 14 a economia deu uma pequena crescida 0,8% com um governo liderado pelo presidente interino ouve uma queda na exportação devido à baixa no preço dos produtos exportados pelo país e aumento de contrabando dos produtos em especial castanha de caju os produtores optaram por levar os seu produtos para exportar no Senegal outros optaram por armazenar e esperar a próxima campanha com a esperança de que vai ter um preço melhor por quilo por parte do governo. Com as eleições organizadas em 2014 e a tomada de posse de novo governo eleito pelo povo a retomada dos parceiros e doadores internacionais o país voltou a ter estabilidade e registrou um crescimento de 4,9% nos anos 2015 e 2016 embora que esteja ainda baixo do mínimo imposto pela UEMOA (5%) já é um salto significativo para o país esse crescimento também se deve a boa exportação e a subida do preço por parte do governo também impedindo o contrabando dos produtos para países vizinhos.

6.3 Analisar o impacto da UEMOA na Economia da Guiné-Bissau

Analisando o impacto/influencia que a UEMOA tem na economia da Guiné-Bissau com adesão do país na união, o país conseguiu combater a inflação que assolava a economia, abriu novas horizontes para exportação dos produtos do país, deu o país uma facilidade na circulação de bens e serviços como também dos seus cidadãos, o país beneficia de financiamentos vindo da UEMOA em especial BOAD, infelizmente desde o acontecimento do

conflito político-armada que aconteceu no país em 1998-99 deixou-o muito frágil, desde então o país tem deparado com as sucessivas crises políticas que muitas das vezes resultam em quedas de governo (nenhum presidente e primeiro ministro conseguiu terminar o seu mandato) esses acontecimentos fez com que o país não consegue usufruir das vantagens que a UEMOA possa lhe oferecer.

REFERÊNCIAS

Agencia Central da Inteligência. **África: Guiné-Bissau**. Disponível em: <<http://bit.ly/1a11Pp1>>. Acesso em: 17 Jul. 2017.

AJE-GB. Adesão da Guiné-Bissau à UEMOA, Bissau: INE, 1997.

African Economic Outlook 2016. **Sustainable Cities and Structural Transformation**. Disponível em: <<http://bit.ly/2mIh6mI>>. Acesso em: 18 Out. 2017.

BCEAO. **Apresentação da UEMOA**. Disponível em <<http://www.bceao.int/Presentation,2338.html>>. Acesso em: 09 Nov. 2017.

BCEAO. Estatísticas da UEMOA. Disponível em: <<https://www.bceao.int/-Statistiques-.html>> Acesso em: 09 Nov. 2017.

BCEAO. História do Franco CFA. Disponível em: <<http://bit.ly/2AgwJeq>> Acesso em: 09 Nov. 2017.

BCEAO. Sistema Bancário e Financeiro. Disponível em: <<http://bit.ly/2jxxPrZ>> Acesso em: 09 Nov. 2017.

BCEAO. Política monetária e mercados. Disponível em: <<http://bit.ly/2AjE2IT>> Acesso em: 09 Nov. 2017.

Banco Mundial. **Guiné-Bissau Aspectos gerais**. Disponível em: <<http://bit.ly/2hZvINz>>. Acesso em: 10 Nov. 2017.

Bernard Zongo, Doutor em Letras pela Universidade de Rouen, Falar Moore, Paris, L'Harmattan, 2004 (Repr. 2004, 2005), p 215.

BANQUE DE FRANCE. **Séries statistiques de la Zone franc**. Disponível em: <<http://bit.ly/2jhl1td>>. Acesso em: 04 Out. 2017.

Banco Mundial. **Indicadores de Desenvolvimento Mundial**. Disponível em: <<http://bit.ly/2yoMPyJ>>. Acesso em: 10 Out. 2017.

CERVO, Armando Luiz et al. Metodologia Científica. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2017.

DENARP II (2010-2015). **Segundo documento de Estratégia Nacional de Redução de Pobreza**. Bissau, Junho de 2011.

Estudo do Diagnóstico de Integração do Comércio para o Melhoramento do Quadro Integrado Assistência Técnica para Assuntos do Comércio Internacional. **Para além de Castanha de Caju: Diversificação através do comércio**. GUINÉ BISSAU, 2010.

Memorando Económico do País Terra Ranca! **Um Novo Começo**. Disponível em: <<http://bit.ly/2zwFCOs>>. Acesso em: 13 Set. 2017.

MENDES, Paulina. A experiência da integração da Guiné-Bissau no seio da UEMOA: que subsídios a transmitir à União Europeia? In: SOHN, Rike; OPPONG, Ama Konadu. **Comércio regional e integração monetária na África Ocidental e na Europa**. Praia: Estudo Instituto de África Ocidental – IAO; Center for European Integration Studies – ZE, 2013.

PNUD. **Documento do Projeto: Guiné-Bissau**. Disponível em: <<http://bit.ly/2B25V22>>. Acesso em: 10 Out. 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2, ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

PEREIRA, Aristides. **O meu testemunho**: uma luta um partido e dois países. Versão documentada arquivo do PAIGC. Praia: Notícias, 2003.

Relatório sobre a intervenção internacional em Estados frágeis: República da Guiné-Bissau, OECD Publishing. OCDE (2011).

Sini Pierre Sanou, o embaixador de Burkina Faso para o Gana,"Muitos notícias em Burkina Faso" - Disponível em: <www.leFaso.net> Acesso em: 13 Set. 2017.

Tratado da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), de 10 de janeiro de 1994 e de 29 de janeiro de 2003.